



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXVI 67.º — DA REPÚBLICA — N. 18.321

BELEM — QUINTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1956

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI N. 1.393 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1956

Dispõe sobre a abertura do crédito suplementar de Cr\$ 1.612.000,00, na verba "LEGISLATIVO", do orçamento vigente.

A Assembléia Legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar na quantia de hum milhão seiscentos e doze mil cruzeiros (Cr\$ 1.612.000,00), na verba "LEGISLATIVO", do orçamento vigente, para reforço da consignação "ASSEMBLEIA LEGISLATIVA", sub-consignação "PESSOAL FIXO", distribuído na forma seguinte:

Subsídios de 37 deputados (fixo e variável)	Cr\$ 500.000,00
Ajuda de Custo a 37 deputados na convocação extraordinária instalada no dia 10-9-56	Cr\$ 592.000,00
Para substituições	Cr\$ 520.000,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de outubro de 1956.

EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado, em exercício
Oscar Nicolau da Cunha Lauzid
Secretário de Finanças

LEI N. 1.394 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1956

Abre o crédito suplementar de Cr\$ 314.400,00 para reforço da verba "EXECUTIVO", consignação "SCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO PARÁ".

A Assembléia Legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício o crédito suplementar de trezentos e quatorze mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 314.400,00) para reforço da verba "EXECUTIVO", consignação "SCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO PARÁ" na Capital da República, da Lei de Meios em execução, assim distribuído:

Pessoal Variável	
Contratados	56.400,00
Material Permanente	
Para aquisições	110.000,00
Material de Consumo	
Para aquisições	6.000,00
Despesas Diversas	
Para custeio de representação	70.000,00
Para aluguel de casa	60.000,00
Para pronto pagamento	12.000,00
Cr\$	142.000,00

Parágrafo único. O encargo previsto neste artigo correrá à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de outubro de 1956.

EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado, em exercício
Oscar Nicolau da Cunha Lauzid
Secretário de Finanças

DECRETO N. 2.147 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1956

Retifica o Decreto n. 2034, de 22 de maio do ano em curso, que reformou, ex-officio, o cabo da Companhia de Guardas da Polícia Militar do Estado, Moacir Julião de Oliveira.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do processo n. 02485/56-OF-SIJ,

DECRETA:

Art. 1.º Fica retificado o Decreto n. 2034, de 22 de maio do ano em curso, que reformou, ex-officio, o cabo da Companhia de Guardas da Polícia Militar do Estado, Moacir Julião de Oliveira,

que, em consequência desta retificação, passará a perceber os proventos de hum mil trezentos e noventa cruzeiros (Cr\$ 1.390,00) mensais, ou sejam dezesseis mil seiscentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 16.680,00) anuais, ainda mais a importância de cento e trinta e nove cruzeiros (Cr\$ 139,00) mensais, ou sejam hum mil seiscentos e sessenta e oito cruzeiros (Cr\$ 1.668,00) anuais, correspondentes a 10 % de adicionais por tempo de serviço, de conformidade com a Lei n. 1.047, de 18 de fevereiro, de 1955, perfazendo o total de dezoito mil trezentos e quarenta e oito cruzeiros (Cr\$ 18.348,00) anuais, entre proventos e adicionais, ao invés do que consta no Decreto por este retificado.

Art. 2.º Revogam-se as dis-

posições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 10 de outubro de 1956.
EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado

Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário do Interior e Justiça
Oscar Nicolau da Cunha Lauzid
Secretário de Estado de Finanças

DECRETO N. 2.148 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1956

Retifica o Decreto n. 2.023, de 11 de maio do ano em curso, que reformou, ex-officio, na sua graduação, o 3.º sargento do Batalhão de Infantaria da Polícia Militar do Estado, Aldenor de Souza Figueiredo.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do processo n. 02673/56-OF-SIJ,

DECRETA:

Art. 1.º Fica retificado o Decreto n. 2023, de 11 de maio do ano em curso, que reformou, ex-officio, na sua graduação, o 3.º sargento do Batalhão de Infantaria da Polícia Militar do Estado, Aldenor de Souza Figueiredo, que, em consequência desta retificação, passará a perceber os proventos de hum mil oitocentos e quarenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 1.845,00) mensais, ou sejam vinte e dois mil cento e quarenta cruzeiros (Cr\$ 22.140,00) anuais, ainda mais a importância de cento e oitenta e quatro cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 184,50) mensais, ou sejam dois mil duzentos e quatorze cruzeiros (Cr\$ 2.214,00) anuais, correspondentes a 10 % de adicionais por tempo de serviço, de conformidade com a Lei n. 1.047, de 18 de fevereiro, de 1955, perfazendo o total de vinte e quatro mil trezentos e cinquenta e quatro cruzeiros (Cr\$ 24.354,00) anuais, entre proventos e adicionais, ao invés do que consta no Decreto por este retificado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 10 de outubro de 1956.
EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado

Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário do Interior e Justiça
Oscar Nicolau da Cunha Lauzid
Secretário de Estado de Finanças

DECRETO N. 2.149 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1956

Transfere para a Reserva Remunerada, no posto de 2.º tenente, o 1.º sargento alfaiate da Polícia Militar do Estado, Miguel Rodrigues.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do processo n. 0908/56-Pet. GE,

DECRETA:

Art. 1.º Fica transferido para a Reserva Remunerada, no posto

de 2.º tenente, o 1.º sargento alfaiate da Polícia Militar do Estado, Miguel Rodrigues, de acordo com a letra b), dos arts. 325 e 326 e ainda mais o art. 348 e seu parágrafo único, tudo da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, percebendo, nessa situação, os proventos de dois mil trezentos e oitenta e três cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 2.383,20) mensais, ou sejam vinte e oito mil quinhentos e noventa e oito cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 28.598,40) anuais, ainda mais a importância de quinhentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 550,00) mensais, ou sejam seis mil seiscentos cruzeiros (Cr\$ 6.600,00) anuais, correspondentes a 20 % de adicionais por tempo de serviço, de conformidade com a Lei n. 1.047, de 18 de fevereiro de 1955, perfazendo o total de trinta e cinco mil cento e noventa e oito cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 35.198,40) anuais, entre proventos e adicionais.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 10 de outubro de 1956.
EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado

Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário do Interior e Justiça
Oscar Nicolau da Cunha Lauzid
Secretário de Estado de Finanças

SECRETARIA DE ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA

DECRETO DE 8 DE OUTUBRO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear o 3.º sargento reformado da Polícia Militar do Estado, Eduardo Mendonça de Oliveira na função de delegado de polícia, classe A, do Município de Alenquer, na vaga do 2.º tenente daquela milícia Francisco Antonio de Castro.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de outubro de 1956.
EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado

Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 8 DE OUTUBRO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar o 2.º tenente reformado da Polícia Militar do Estado, Francisco Antonio de Castro da função de delegado de polícia, classe A, no Município de Alenquer.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de outubro de 1956.
EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado

Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

GOVERNADOR DO ESTADO:

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA

SECRETÁRIO DE ESTADO DO GOVERNO:

Sr. BENEDITO JOSÉ DE CARVALHO

SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA:

Dr. AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

Sr. OSCAR NICOLAU DA CUNHA LAUZID

SECRETÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. HENRY CHECRALLA KAYATH

SECRETÁRIO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO:

Dr. JARBAS DE CASTRO PEREIRA

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Dr. JOSÉ CARDOSO DA CUNHA COIMBRA

SECRETÁRIO DE PRODUÇÃO:

Dr. JOSÉ MENDES MARTINS

As Repartições Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diários, etc., até às 14,00 hs., exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 10,00 horas.

— As reclamações pertinentes à matéria publicada, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 14,00 hs., e, no máximo, 24,00 horas após a saída dos órgãos oficiais.

— Os originais deverão ser datilografados e autenticados, remessados, por quem de direito, rasuras e emendas.

— A matéria paga será recebida das 8 às 14,00 horas, nesta I. O. e no posto coletor, à rua 13 de Maio, 49, das 8,00 às 11,00 horas, e, nos sábados, das 8 às 10,00 horas.

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— As assinaturas, vencidas, poderão ser suspensas sem aviso.

Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de validade de suas

EXPEDIENTES

IMPRESA OFICIAL

DO ESTADO DO PARÁ

Rua do Una, 32 — Telefone: 3262

Major HILDEBRANDO AZEVEDO

Diretor Geral

PEDRO DA SILVA SANTOS

Redator-Chefe

Matéria paga será recebida:

Das 8 às 13,30 horas, diariamente, exceto aos sábados.

ASSINATURAS

CAPITAL:

Anual Cr\$ 500,00

Semestral Cr\$ 300,00

Número avulso Cr\$ 1,50

Número atrasado, Cr\$ 2,00

ano

ESTADOS E MUNICÍPIOS:

Anual Cr\$ 700,00

Semestral Cr\$ 400,00

vez

O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 2,00 ao ano.

PUBLICIDADE:

1 Página de contabilidade, 1 vez Cr\$ 800,00

1 Página comum, 1 vez Cr\$ 700,00

vez

Publicidade por mês de 3 vezes, até 5 vezes inclusive, 10% de abatimento.

De 5 vezes em diante, 20% idem.

Cada centímetro por coluna Cr\$ 7,00.

— Afim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos, solicitamos aos senhores clientes dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

— O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

DECRETO DE 9 DE OUTUBRO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear Severino Ramos de Lima para exercer a função de comissário de polícia da Colônia Nova Esperança, Município de Irituia.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de outubro de 1956.

EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 9 DE OUTUBRO DE 1956

O Governador do Estado resolve dispensar Virgílio Ferreira da Luz da função de comissário de polícia da Colônia Nova Esperança, Município de Irituia.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de outubro de 1956.

EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

DECRETO DE 2 DE OUTUBRO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Luiz Torção Martins da Costa, Guarda Fiscal, padrão D, do Quadro Único, lotado no Departamento de Receita da Secretaria de Finanças, 90 dias de licença, em prorrogação, a contar de 13 de setembro a 13 de dezembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 2 de outubro de 1956.

EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado
Oscar Nicolau da Cunha Lauzid
Secretário de Estado de Finanças

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Dolores Vasconcelos Nogueira, professor de 1ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do Quilômetro 57, Rodovia João Coelho, Vigia, 90 dias de licença a contar de 1 de agosto a 29 de outubro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de setembro de 1956.

EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 4 DE OUTUBRO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 2º, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Romero Guimarães de Oliveira, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, classe I, do Quadro Único, lotado no Departamento de Receita, 60 dias de licença a contar de 26 de setembro a 24 de novembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de outubro de 1956.

EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado
Oscar Nicolau da Cunha Lauzid
Secretário de Estado de Finanças

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

Despachos exarados pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, com o Sr. Secretário de Estado do Governo.

Em 9/10/56.

N. 6400 — Carta do Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — De-se conhecimento no D. E. P., por cópia.

N. 6386 — Ofício s/n., da Prefeitura Municipal de Itupiranga — Pague-se.

N. 6409 — Cartão de Joaquim Redg da Rocha — A Secretaria de Educação, para dizer.

N. 6199 — Petição de Argemira Malvina Pena de Souza — A Secretaria de Educação, para informação e parecer.

N. 6412 — Ofício n. 1671, de Secretaria de Estado de Saúde Pública, encaminhando o laudo de inspeção de saúde, de Irene Carneiro Soares. Considerando o laudo anexo a este, concedo novena (90) dias de licença. Ao D. P.

N. 6416 — Requerimento do Rádio Clube do Pará (PRC-3) — A Secretaria de Finanças.

N. 6367 — Petição de Ate-nogenes Mariocay da Fonseca — Ao D. P., para o devido parecer.

N. 6415 — Ofício s/n., do Grupo Escolar "Camilo Salgado" — A

Secretaria de Educação, para informar.

N. 6414 — Petição de Cirilo Neves dos Reis — Ao D. P.

N. 6276 — Petição de Félix Antônio Roque — A S. O. T. V., para verificação local do valor da construção.

N. 6408 — Telegrama do Ubarabinha Esporte Clube — A Secretaria de Finanças, para dizer.

N. 6410 — Carta de Maria Barbosa de Carvalho — A Secretaria de Finanças, para atender.

N. 6411 — Carta de Maria Portel Franco do Vale — A Secretaria de Obras, para informação e parecer do Departamento de Aguas.

N. 6419 — Ofício 281, da Secretaria de Estado de Produção, encaminhando títulos definitivos, encaminhando o laudo de remessa.

N. 6417 — Carta de José Rodrigues da Silva — A Secretaria de Educação, para dizer.

N. 6418 — Petição de Francisco Ferreira de Aguiar — A Secretaria de Educação, para informar quanto à situação funcional da petição.

N. 6328 — Ofício n. 470, da Assistência Judiciária do Cível, encaminhando o mapa demonstrati-

DECRETO DE 4 DE OUTUBRO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Alarico Augusto Alves Monteiro, ocupante do cargo de Contador, padrão P, do Quadro Único, lotado no Departamento de Despesa da Secretaria de Finanças, 60 dias de licença para tratamento de saúde, a contar de 8 de agosto a 6 de outubro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de outubro de 1956.

EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado
Oscar Nicolau da Cunha Lauzid
Secretário de Estado de Finanças

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO DE 26 DE SETEMBRO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Dolores Vasconcelos Nogueira, professor de 1ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do Quilômetro 57, Rodovia João Coelho, Vigia, 90 dias de licença a contar de 1 de agosto a 29 de outubro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de setembro de 1956.

EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 26 DE SETEMBRO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 111, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Beatriz Frayha de Souza Lima, professor de Educação Física, padrão C, do Quadro Único, um (1) ano de licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, a contar de 2 de setembro de 1956 a 2 de setembro de 1957.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de setembro de 1956.

EDWARD CATTETE PINHEIRO
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

— A. S. I. J.
— N. 6386 — Ofício n. 102, do Serviço de Transporte do Estado.
— Ao Departamento de Material.
— N. 6395 — S/302, do Departamento Estadual de Estatística, encaminhando a petição de Honorário Olímpio Pereira — Volte ao D. E. R., para dizer de quando data o término da última licença concedida ao requerente.
— N. 6396 — Ofício n. 1713, da

Secretaria de Saúde Pública — Ao D. M.
— N. 6393 — Ofício n. 1712, da Secretaria de Estado de Saúde Pública — Ao D. M.
— N. 6391 — Ofício n. 103, do Serviço de Transporte do Estado — Ao D. M.
— N. 6377 — Ofício s/n., da Imprensa Oficial, encaminhando a petição de Benedito Augusto do Nascimento — Ao D. P.

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

GABINETE DO SECRETARIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça.
Em 8-10-56.

Peticões de elementos da Polícia Militar, pedindo o pagamento da gratificação de adicional, em que são interessados: — Ns. 0242, de Orlando Nunes de Melo, 2.º tenente da reserva remunerada; 0259, de Ormindo Luiz da Costa, 2.º sargento reformado; 0273, de Silvio Romero de Salles, tenente coronel da reserva remunerada; 0275, de Pedro Rondon Carlos da Rocha, 3.º sargento reformado; 0381, de Joaquim Neves de Sousa, cabo reformado; 0421, de Miguel Corrêa Lobato, 2.º tenente reformado; 0427, de Joaquim Campelo de Miranda, cabo reformado; 0652, de Antonio Rosa da Cunha, 1.º tenente reformado; 0974, de Manoel Batista de Freitas, 1.º sargento reformado. — A. S. F.

0979 — Miguel Alves de Sousa, 1.º sargento da P. M., pedindo licença especial — Ao exame e parecer da Consultoria Geral do Estado.

01056 — Luiz Ursulino de França Filho, tenente coronel reformado, da P. M., pedindo a gratificação de adicional — A. S. F.

01144 — José Barriga Guimarães, sinaleiro, pedindo equiparação aos funcionários públicos — Ao exame e parecer da Consultoria Geral do Estado.

01162 — Manoel Gregório Rosa Filho, Guilherme Rosa Vidigal e outros, lavradores, residentes no Município de Ananindeua, fazem solicitação — A Consultoria Geral do Estado, para exame e parecer.

01163 — Pedro Peres de Gusmão, sargento ajudante, reformado da P. M., pedindo a gratificação de adicional — Ao D. P. para dizer.

01164 — Cassiano Teixeira, da Costa, adjunto de promotor de Muara, pedindo certidão de tempo — Reconheça a assinatura e volte querendo.

Em 8-10-56.

Ofícios.
N. 1010, da Câmara Municipal de Belém — Ciente. Arquite-se.

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE RECEITA

ARRECADACÃO DO DIA 9 DE OUTUBRO DE 1956

Renda de hoje para o Tesouro	1.408.669,10
Renda de hoje Comprometida	4.950,90
Total de hoje	1.413.620,00
Total até ontem	8.580.286,40
Total até hoje	8.003.906,40
Total até 30 de setembro, p.	251.239.345,70
TOTAL GERAL	Cr\$ 259.243.252,10

Visto — Octávio França, Diretor — Confere — B. Bolonha, Contador.

DEPARTAMENTO DE DESPESA TESOUREARIA

SALDO do dia 8-10-1956	978.892,30	2.933.909,00
Renda do dia 9-10-1956	3.249.360,00	
Suprimento à Tesouraria	56.920,40	4.285.172,70
Recolhimentos e descontos		7.219.081,70
SOMA		2.502.739,70
Pagamentos efetuados no dia 9-10-56	3.781.913,30	
Em dinheiro		4.716.342,00
SALDO para o dia 10-10-56		

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO	
Em dinheiro	3.781.913,30
Em documentos	934.428,70
TOTAL	Cr\$ 4.716.342,00

Belém (Pará), 9 de outubro de 1956. — Visto: Expedito Almeida, diretor do Dep. de Despesa. — Eusebio Cardoso, tesoureiro.

PAGAMENTOS

O Departamento de Despesa pagou ontem, quarta-feira, dia 10 de outubro de 1956, das 8 às 11 h. o seguinte:
Pessoal fixo e Variável:
Departamento de Segurança Pública em geral, Asilo D. Macedo Costa e Folha de auxílios pela verba Assistência Social.
Custeios:
Orfanato Antonio Lemos, Ins-

petoria da Guarda Civil, Colônia de Marituba.
Diversos:
Lancha "Pinto Marques", M. Obadia, H. Danim, Lourival Barbalho, Faculdade de Filosofia, Aluisio Barros Coutinho, Teófilo Gonzaga, Maria Celeste M. Moraes, Circulo dos Reformados, Alexandre Brasil, Amphilóquio Lopes Pereira, Zula Brite M. Flexa.

GOVERNO FEDERAL

PRESIDENCIA DA REPUBLICA SUPERINTENDENCIA DO PLANO DE VALORIZACAO ECONOMICA DA AMAZONIA

Térmo de acôrdo entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Território Federal de Rondônia, para manutenção do Pôsto Agro-pecuário "Dez de Julho".

No Gabinete da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, presentes o Coronel Luiz Geolás de Moura Carvalho, Chefe do Gabinete, no exercício da função de Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e o senhor Rubens Cantanhede Mota, procurador do Governo do Território Federal de Rondônia, conforme mandato que exibiu, firmaram o presente acôrdo, nos termos do artigo dezesseis (16), da lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desta lei, pelas do Regulamento aprovado pelo decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro do mesmo ano, pelas do decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), pelas da portaria número duzentos e onze (211), de dezesseis (16) de março do mesmo ano, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — O presente acôrdo vigorará da data de sua assinatura até o dia trinta e um (31) de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957) (art. 9.º, §. 2.º, da lei n. 1.806, de 6 de janeiro de 1953).

CLAUSULA SEGUNDA: — Pelo presente acôrdo, o Governo do Território Federal de Rondônia obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, destinados aos postos agro-pecuários do Território, obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes de ambas as entidades acordantes, a este acompanha, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLAUSULA TERCEIRA: — Para a execução dos serviços previstos na cláusula anterior, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia entregará ao Governo do Território Federal de Rondônia a quantia de

quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), valor da dotação constante do Orçamento da União para o exercício corrente, anexo quatro (4) — Poder Executivo; sub-anexo dez (10) — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia; verba três (3) — Desenvolvimento Econômico e Social; Consignações: 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais; 3.2.02 — Valorização Econômica da Amazônia (art. 193, da Constituição Federal); Discriminação da Despesa: 3.2.0.0 — Produção Agrícola; 3.2.4.0 — Produção Animal; 3.2.4.2 — Postos agro-pecuários; 11 — Guaporé: quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00). A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula será feito em parcelas, a critério e segundo as disponibilidades em dinheiro da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação, por esta, das contas relativas às dotações recebidas pela segunda contratante em exercícios anteriores.

CLAUSULA QUARTA: — O Governo do Território Federal de Rondônia prestará contas à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia das importâncias recebidas em cumprimento do presente acôrdo, obedecendo às normas adotadas por esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feito, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ao Governo do Território Federal de Rondônia, sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido, e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLAUSULA QUINTA: — O Governo do Território Federal de Rondônia apresentará à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas.

CLAUSULA SEXTA: — A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia exercerá ampla fiscalização técnica e contábil sobre a execução dos trabalhos e o cumprimento do programa aprovado.

CLAUSULA SÉTIMA: — A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento da importância convencionada, se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLAUSULA OITAVA: — A aquisição de material e a prestação de serviços por particulares, para a execução do presente acôrdo, deverão ser feitas mediante concorrência administrativa, quando seu valor for igual ou superior a cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) ou mediante coleta de preços, entre firmas idôneas, por qualquer processo comercial, quando inferior àquela quantia.

CLAUSULA NONA: — Poderá este acôrdo ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando for de interesse das entidades acordantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente.

E, por assim estarem de acôrdo as entidades interessadas, eu, Antonio Gillet, assistente de direção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, lavrei o presente termo, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelo Coronel Luiz Geolás de Moura Carvalho, Chefe do Gabinete, no exercício da função de Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, pelo senhor Rubens Cantanhede Mota, procurador do Governo do Território Federal de Rondônia, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 9 de outubro de 1956.

LUIZ GEOLÁS DE MOURA CARVALHO

RUBENS CANTANHEDE MOTA
ANTONIO GILLET

Testemunhas:

Nelly Barbosa

Maria de Nazaré Bolonha

ANEXO AO CONVENIO FIRMADO ENTRE A SUPERINTENDENCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA E O GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA, PARA APLICAÇÃO DA DOTAÇÃO DE QUINHENTOS MIL CRUZEIROS (Cr\$ 500.000,00), CONSIGNADA NO ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA 1956, E DESTINADA AO PÔSTO AGRO-PECUARIO "10 DE JULHO"

PÔSTO AGRO-PECUARIO "10 DE JULHO"

Ampliação e reparo do estábulo já existente	130.000,00
Aquisição de um reprodutor de raça holandesa, preto e branco	50.000,00
Aquisição de uma máquina "Junqueira" para cortar forragem, n. 3 alimentador e puxador automáticos, dispositivo para 3 cortes, capacidade de 800 kg. equipado com motor de 4 HP	53.600,00
a) PESSOAL DESTINADO A LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO ESTÁBULO:	
Dois (2) trabalhadores à razão de	
Cr\$ 1.800,00 mensais, anualmente	43.200,00
b) PESSOAL DESTINADO A CONSERVAÇÃO DE CERCAS, ROÇO DE PASTAGENS, LIMPEZA DE CAMPOS E TRATO DE BOVINOS:	
Dois (2) vaqueiros à razão de	50.400,00
Cr\$ 2.100,00 mensais, anualmente	
Oito (8) trabalhadores de campo à razão de Cr\$ 1.800,00, percebem anualmente	172.800,00
TOTAL	Cr\$ 500.000,00

Térmo de acôrdo entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, para organização e instalação do Museu de Artes e Indústrias Indígenas da Amazônia (Museu Emilio Goeldi).

No Gabinete da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, presentes o Coronel Luiz Geolás de Moura Carvalho, Chefe do Gabinete, no exercício da função de Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e o doutor Walter Alberto Egler, diretor do Museu Paraense Emilio Goeldi, representando o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, conforme credencial bastante que exhibiu, firmaram o presente acôrdo, nos termos do artigo dezesseis (16), da lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desta lei, pelas do Regulamento aprovado pelo decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro do mesmo ano, pelas do decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), pelas da portaria número duzentos e onze (211), de dezesseis (16) de março do mesmo ano, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — O presente acôrdo vigorará da data de sua assinatura até o dia trinta e um (31) de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957) (art. 9.º, § 2.º, da lei n. 1.806, de 6 de janeiro de 1953).

CLAUSULA SEGUNDA: — Pelo presente acôrdo, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela Superinten-

dência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, destinados à instalação do Museu de Artes e Indústrias Indígenas da Amazônia (Museu Paraense Emílio Goeldi), obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes de ambas as entidades acordantes, a este acompanha, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLAUSULA TERCEIRA: — Para a execução dos serviços previstos na cláusula anterior, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia entregará ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia a quantia de três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00), valor da dotação constante do Orçamento da União para o exercício corrente, anexo quatro (4) — Poder Executivo; sub-anexo dez (10) — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia: Despesas Ordinárias: verba 2.0.00 — Transferências; Consignações: 2.2.0.0 — Dispositivos Constitucionais; 2.2.03 — Valorização Econômica da Amazônia (Art. 199, da Constituição Federal); Discriminação da Despesa: 2.1.0.0 — Auxílios; 27 — Diversos; 2 — Organização e instalação do Museu de Arte, Indústrias Indígenas da Amazônia (Museu Emílio Goeldi) — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia: três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00). A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula será feito em parcelas, a critério e segundo as disponibilidades em dinheiro da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação, por esta, das contas relativas às dotações recebidas pela segunda contratante em exercícios anteriores.

CLAUSULA QUARTA: — O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia prestará contas à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia das importâncias recebidas em cumprimento do presente acôrdo, obedecendo às normas adotadas por esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feito, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido, e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLAUSULA QUINTA: — O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia apresentará à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas.

CLAUSULA SEXTA: — A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia exercerá ampla fiscalização técnica e contábil sobre a execução dos trabalhos e o cumprimento do programa aprovado.

CLAUSULA SÉTIMA: — A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento da importância convencionada, se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLAUSULA OITAVA: — A aquisição de material e a prestação de serviços por particulares, para a execução do presente acôrdo, deverão ser feitas mediante concorrência pública, quando seu valor for igual ou superior a quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), ou mediante concorrência administrativa, quando esse valor for igual ou superior a cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) e inferior a quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), e, finalmente, mediante coleta de preços, entre firmas idôneas, por qualquer processo comercial, quando inferior a cem mil cruzeiros.

(Cr\$ 100.000,00). Por exceção, quando se verificar alguma das hipóteses previstas no artigo duzentos e quarenta e seis (246), do decreto número quatro mil quinhentos e trinta e seis (4.536), de vinte e oito (28) de janeiro de mil novecentos e vinte e dois (1922), Código de Contabilidade Pública, poderá a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia dispensar a concorrência, nos termos do artigo quarenta e sete (47), inciso quarenta e um (XLI), do Regulamento aprovado pelo decreto trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), promovendo-se, então, a competente coleta de preços.

CLAUSULA NONA: — Poderá este acôrdo ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando for de interesse das entidades acordantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente.

E, por assim estarem de acôrdo as entidades interessadas, eu, Antônio Gillet, assistente de direção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, lavrei o presente termo, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelo Coronel Luiz Geolás de Moura Carvalho, Chefe do Gabinete, no exercício da função de Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, pelo doutor Walter Alberto Egler, diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, representando o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 9 de outubro de 1956.

LUIZ GEOLÁS DE MOURA CARVALHO

WALTER ALBERTO EGLER

ANTÔNIO GILLET

Testemunhas:

Maria Prado

Nelly Barbosa

Anexo ao convênio firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, para aplicação da dotação de Três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00), destinada à instalação de um Museu de Artes e Indústrias Indígenas da Amazônia (Museu Emílio Goeldi).

Para pagamento de vencimentos, gratificações, diárias, ajudas de custo e salário-família 300.000,00

I — Material Permanente

- | | |
|--|--------------|
| N. 1 — Mobiliário, aparelhos e utensílios de escritório | 250.000,00 |
| N. 2 — Mobiliário especial para gabinete técnico e exposição | 1.200.000,00 |
| N. 3 — Ferramentas e utensílios de pintura | 30.000,00 |
| N. 4 — Aparelhagem fotográfica e cinematográfica | 200.000,00 |

II — Material de Consumo

- | | |
|--|------------|
| N. 5 — Artigos de expediente, desenho, livros e fichas para classificação | 80.000,00 |
| N. 6 — Matérias primas e produtos manufaturados destinados a qualquer transformação (chapas e filmes fotográficos, material de construção, arame e diversos) | 350.000,00 |
| N. 7 — Produtos químicos e aparelhos para desinfecção e diversos | 50.000,00 |
| N. 8 — Vestuários, uniformes e equipamento destinados a excursões | 40.000,00 |

Categoria III — Letra A Serviços de Terceiros

- | | |
|--|------------|
| N. 9 — Ligeiros reparos, consertos e conservação de bens móveis, etc. | 250.000,00 |
|--|------------|

N. 10 — Passagens e transportes de pessoal e material	100.000,00
N. 11 — Publicações e serviços de impressão (Letra B)	100.000,00
N. 12 — Despesas de viagem e hospedagem para pessoal técnico	50.000,00
T O T A L :	Cr\$ 3.000.000,00

Térmo de acôrdo entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Território Federal de Rondônia, para o equipamento de Pósters de Higiene nos Núcleos Agrícolas de Iata, Foz do Jamari, Costa Marques e Tabajará.

No Gabinete da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, presentes o Coronel LUIZ GEOLAS DE MOURA CARVALHO, Chefe do Gabinete, no exercício da função de Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e o senhor RUBENS CANTANHEDE MOTA, identificado neste ato como o próprio, agindo na qualidade de procurador do Governo do Território Federal de Rondônia, conforme mandato que exibiu, firmaram o presente acôrdo, nos termos do artigo dezesseis (16), da lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desta lei, pelas do Regulamento aprovado pelo decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro do mesmo ano, pelas do decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), pelas da portaria número duzentos e onze (211), de dezesseis (16) de março do mesmo ano, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: O presente acôrdo vigorará da data de sua assinatura até o dia trinta e um (31) de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957) (art. 9.º, § 2.º, da lei n. 1.806, de 6 de janeiro de 1953).

CLAUSULA SEGUNDA: Pelo presente acôrdo, o Governo do Território Federal de Rondônia obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, destinados ao equipamento de postos de higiene nos núcleos agrícolas de Iata, Foz do Jamari, Costa Marques e Tabajará, obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes de ambas as entidades acordantes, a este acompanha, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLAUSULA TERCEIRA: Para a execução dos serviços previstos na cláusula anterior, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia entregará ao Governo do Território Federal de Rondônia a quantia de quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 450.000,00), valor da dotação constante do Orçamento da União para o exercício corrente, anexo quatro (4) — Poder Executivo; sub-anexo dez (10) — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia; Despesas de Capital: verba três (3) — Desenvolvimento Econômico e Social; consignações: 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais; 3.2.02 — Valorização Econômica da Amazônia (art. 199, da Constituição Federal); Discriminação da Despesa: 3.5.0.0 — Saúde; 3.5.3.0 — Assistência Médico-Sanitária; 3.5.3.2 — Postos de Higiene; 11 — Guaporé; 2 — Equipamento dos postos de higiene de Núcleo Agrícola do Iata, Foz do Jamari, Costa Marques e Tabajará: quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros

(Cr\$ 450.000,00). A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: O pagamento a que se refere esta cláusula será feito em parcelas, a critério e segundo as disponibilidades em dinheiro da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação, por esta, das contas relativas às dotações recebidas pela segunda contratante em exercícios anteriores.

CLAUSULA QUARTA: O Governo do Território Federal de Rondônia prestará contas à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia das importâncias recebidas em cumprimento do presente acôrdo, obedecendo às normas adotadas por esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feito, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ao Governo do Território Federal de Rondônia, sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido, e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLAUSULA QUINTA: O Governo do Território Federal de Rondônia apresentará à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas.

CLAUSULA SEXTA: A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia exercerá ampla fiscalização técnica e contábil sobre a execução dos trabalhos e o cumprimento dos programas aprovados.

CLAUSULA SÉTIMA: A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia se reserva o direito de, a qualquer tempo, o pagamento da importância consustanciada, se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLAUSULA OITAVA: A aquisição de material e a prestação de serviços por particulares, para a execução do presente acôrdo, deverão ser feitas mediante concorrência administrativa, quando seu valor for igual ou superior a cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) ou mediante coleta de preços, entre firmas idôneas, por qualquer processo comercial, quando inferior àquela quantia.

CLAUSULA NONA: Poderá este acôrdo ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando for de interesse das entidades acordantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente.

E, por assim estarem de acôrdo as entidades interessadas, eu Antônio Gillet, assistente de direção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, lavrei o presente termo, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelo Coronel LUIZ GEOLAS DE MOURA CARVALHO, Chefe do Gabinete, no exercício da função de Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, pelo senhor RUBENS CANTANHEDE MOTA, representante do Governo do Território Federal de Rondônia, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 9 de Outubro de 1956.

LUIZ GEOLAS DE MOURA CARVALHO.
RUBENS CANTANHEDE MOTA.
ANTÔNIO GILLET.

Testemunhas:

Nelly Barbosa.
Maria de Nazaré Bolonha.

ANEXO AO CONVENIO FIRMADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA E O GOVERNO DO TERRITÓRIO DO GUAPORÉ, PARA APLICAÇÃO DA VERBA DE CR\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL CRUZEIROS), DESTINADA A EQUIPAMENTO DE POSTOS DE HIGIENE (NÚCLEOS AGRÍCOLAS DO IATA, FOZ DO JANARY, COSTA MARQUES E TABAJARA

4 — Mesas de curativos	20.160,00
4 — Escadinhas de ferro	2.880,00
8 — Baldes S-1650	8.256,00
4 — Mesas secretárias c/ 4 gavetas	18.480,00
4 — Armários vitrine	23.040,00
4 — Lavabos	24.960,00
4 — Suportes para soro	5.040,00
4 — Cadeiras de ferro para curativos	23.040,00
4 — Mochos	3.600,00
4 — Comadres	1.056,00
12 — Cubas 24 x 30 cms	2.592,00
12 — Cubas em forma de rim	648,00
12 — Esterilizadores à álcool	20.160,00
12 — Tesouras, sendo 4 retas, 4 curvas e 4 bico de pato	3.312,00
12 — Bisturis	3.168,00
24 — Pinças de Kocher alemã	8.064,00
24 — Pinças de pean alemã	8.064,00
8 — Pinças de disseção alemã	960,00
8 — Pinças dente de rato alemã	1.056,00
8 — Pinças porta agrafe em duplo efeito, alemã, aço inox	3.456,00
8 — Tentacânulas	240,00
4 — Porta agulhas de mathien, alemã	1.920,00
4 — Agulhas reverdim, alemã	3.024,00
48 — Agulhas sortidas de Hagedorn	528,00
24 — Seringas de 10 cc.	480,00
24 — Seringas de 20 cc.	480,00
24 — Seringas de 5 cc.	240,00
48 — Agulhas sortidas para injeção	96,00
16 — Bancos de madeira para sala de espera	19.200,00
4 — Suportes para injeção na veia	3.800,00
4 — Geladeiras à querosene	220.000,00
4 — Bicicletas	18.000,00
TOTAL:	Cr\$ 450.000,00

EDITAIS

ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Na forma prevista pelo art. 205, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, pelo presente, convido o cidadão José Nonato de Jesus, ocupante do cargo de guarda civil, equiparado, lotado na Inspetoria da Guarda Civil deste Departamento Estadual de Segurança Pública, a reassumir o exercício de suas funções, dentro do prazo de trinta (30) dias consecutivos, sob pena de findo o mencionado prazo ou não sendo feita prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 205, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios, em vi-

gór).

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado no órgão oficial do Estado.

Serviço de Administração do Departamento Estadual de Segurança Pública, em Belém, 5 de outubro de 1956.

Medrado Castelo Branco

Chefe de Polícia

(G — 30 dias seguidos).

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Pelo presente edital, fica notificada dona Maria Altair Santana, ocupante do cargo de professor de 1.ª entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar São João do Araguaia, Município de Marabá, para dentro do prazo de trinta (30) dias, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o prazo e não sendo feita prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do

art. 205, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios).

Eu, Lucimar Cordeiro de Almeida, Chefe de Expediente em substituição, autuei o presente edital extraindo do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL.

Lucimar Cordeiro de Almeida
Chefe de Expediente, em substituição
(G — 30 dias seguidos)

Pelo presente edital, fica notificada dona Violeta Teixeira Maués, ocupante do cargo de professor de 1.ª entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Rio Atua, Município de Muaná, para dentro do prazo de trinta (30) dias, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o prazo e não tendo sido feita prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 205, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios).

Eu, Lucimar Cordeiro de Almeida, Chefe de Expediente em substituição, autuei o presente edital extraindo do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL.

Lucimar Cordeiro de Almeida
Chefe de Expediente, em substituição
(G — 30 dias seguidos)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Portaria n. 1067/56-DG

EDITAL DE CITAÇÃO

O Eng. José Batista de Souza Leão, Presidente da Comissão de Processo Administrativo designada pela Portaria n. 1067/56-DG, de 5 de julho de 1956, do Ilmo. Sr. Eng. Antonio Pedro Martins Viana, Diretor Geral do DER-Pa.,

Faz saber aos que o presente edital virem ou dêle conhecimento tiverem, expedido nos autos de processo administrativo instaurado pela Portaria n. 1066/56-DG, para apurar transgressões disciplinares das quais são indiciados os funcionários Engenheiros Belisário Dias, Gilberto de Mendonça Vasconcelos, Cândido José Costa Ferreira de Araújo, Romariz Figueiredo Pamplona, Pedro Ferreira Libonati e Srs. Cezar Lopes Portela, Francisco Alves Gouveia, Paulo Miguel Monteiro, George Seawright Salgado, Lauro Dias e Olímpio Pinto Pamplona Filho, que, estando em lugar incerto e não sabido os Srs. Belisário Dias, Gilberto de Mendonça Vasconcelos, Francisco Alves Gouveia e Paulo Miguel Monteiro, confirmado esse fato pela certidão do secretário da referida Comissão, pelo presente Edital, que será publicado diariamente no DIÁRIO OFICIAL do Estado e pelo menos duas vezes em

jornal local, durante quinze (15) dias, cita os mencionados funcionários, Belisário Dias, eng. referência 21, classe 5; Gilberto de Mendonça Vasconcelos, eng., referência 21, classe 1; Francisco Alves Gouveia, residente, referência 13, classe O e Paulo Miguel Monteiro, inspetor de máquinas, referências 16, classe 2, para, no prazo acima referido que correrá da data da primeira publicação, feita amanhã, dia quatro (4), comparecerem perante a aludida Comissão de Processo Administrativo, que funciona em a sala n. 104 do Edifício do I. A. P. I. — 11.º andar, à Av. Presidente Getúlio Vargas esquina com a rua Senador Manoel Barata, a fim de serem interrogados sobre os fatos irregulares que por ação ou omissão lhes são atribuídos. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei.

Dado e passado nesta cidade de Belém, aos três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis. Eu, José de Menezes Machado, secretário da Comissão, o datilografei e assino. — José de Menezes Machado.

(a) Eng. José Batista de Souza Leão, Presidente.

(Ext. — 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19 e 20/10/56).

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDITAL

Pelo presente edital, fica notificada dona Geralda Ramos Germaque, ocupante do cargo de professor de 1.ª entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na Escola do lugar S. Sebastião de Vigosa, Município de Chaves, para dentro do prazo de trinta (30) dias reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o prazo e não tendo sido feita prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 205, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios).

Eu, Lucimar Cordeiro de Almeida, Chefe de Expediente em substituição, autuei o presente edital extraindo com mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL.

Secretaria de Educação e Cultura, 5 de outubro de 1956.

Lucimar Cordeiro de Almeida
Chefe de Expediente em substituição.

(G — 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30 e 31/10 — 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 13/11/56).

EDITAL

Pelo presente edital, fica notificada dona Raimunda da Cunha Gama, ocupante do cargo de professor de 1.ª entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na Escola do lugar Goiabal, município de Chaves, para dentro do prazo de trinta (30) dias reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o prazo e não tendo sido feita prova de existência de força maior da coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 205, da Lei n. 749, de 24 de Dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos municípios).

Eu, Lucimar Cordeiro de Almeida, Chefe de Expediente em substituição, autuei o presente edital extraindo do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL.

Secretaria de Educação e Cultura, 5 de Outubro de 1956.
Lucimar Cordeiro de Almeida
Chefe de Expediente em substituição.

(G — 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30 e 31/10 — 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 13/11/56).

EDITAL

Pelo presente edital fica notificada dona Amélia Abreu da Conceição, ocupante do cargo de professor de 1.ª entrância, padrão A do Quadro Único, com exercício na Escola do lugar S. Joaquim, município de Chaves, para dentro do prazo de trinta (30) dias reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o prazo e não tendo sido feita prova de existência de força maior da coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 205, da Lei n. 749, de 24 de Dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios).

Eu, Lucimar Cordeiro de Almeida, Chefe de Expediente em substituição, autuei o presente edital, extraindo do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL.

Secretaria de Educação e Cultura, 5 de Outubro de 1956.

Lucimar Cordeiro de Almeida
Chefe de Expediente em substituição.

(G — 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30 e 31/10 — 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 13/11/56).

EDITAL

Pelo presente edital, fica notificada dona Perolina da Paixão Ferreira, ocupante do cargo de professor de 1.ª entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na Escola do lugar Poampé, município de Chaves, para dentro do prazo de trinta (30) dias reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o prazo e não tendo sido feita prova de existência de força maior da coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 205 da Lei n. 749, de 24 de Dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos municípios).

Eu, Lucimar Cordeiro de Almeida, Chefe de Expediente em substituição, autuei o presente edital extraindo do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL.

Secretaria de Educação e Cultura, 5 de Outubro de 1956.
Lucimar Cordeiro de Almeida
Chefe de Expediente em subs-

tuição.
(G — 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30 e 31/10 — 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 13/11/56).

EDITAL

Pelo presente edital, fica notificada dona Darlinda de Almeida Carvalho, ocupante do cargo de professor de 1.ª entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na Escola do lugar Bauri, município de Chaves, para dentro do prazo de trinta (30) dias reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o prazo e não tendo sido feita prova de existência de força maior da coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 205, da Lei n. 749, de 24 de Dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios).

Eu, Lucimar Cordeiro de Almeida, Chefe de Expediente em substituição, autuei o presente edital extraindo do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL.

Secretaria de Educação e Cultura, 5 de Outubro de 1956.

Lucimar Cordeiro de Almeida
Chefe de Expediente em substituição.

(G — 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30 e 31/10 — 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 13/11/56).

CHAMADA DE FUNCIONÁRIO

De acordo com o art. 186, § 2.º do Decreto-Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953 fazemos a chamada do Sr. MIGUEL QUEIROZ FILHO para se apresentar no Educandário Monteiro Lobato, a fim de assumir as suas funções de Inspetor Chefe.

Tent. NAPOLEÃO CARNEIRO BRASIL

Diretor

(Ext — 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30 e 31/10 — 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 13/11/56).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

(*) Aforamento de terras
O Dr. Hildegardo Bentes Fortunato, pelo Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a Sra. Benedita Maria da Fonseca, brasileira, viúva, residente nesta cidade requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Caripunas, Conceição, 3 de Maio, 9 de Janeiro, a 40,00 metros.

Dimensões:
Frente — 3,36 metros.
Fundos — 30,17 metros.
Área — 101,3712 metros quadrados.

Forma regular. Confina à direita com o imóvel n. 1.684, e à esquerda com os fundos do imóvel que faz frente para a 9 de Janeiro. Terreno edificado com o n. 1.682.

Convido os heréus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E para que não se alegue ignorância vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 27 de junho de 1956.
(a.) Hildegardo Bentes Fortunato, Secretário de Obras.

(*) Reproduzido por ter saído com incorreção no D. O. de 28-6-56.

Aforamento de terras

O Sr. Dr. Valdir Acatauassú Nunes, secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que havendo a Sra. Maria do Socorro Marques Ramalho, brasileira, solteira, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: o terreno em aprêço é o lote n. 27 do loteamento da Curuzú, frente à Passagem.

Dimensões:

Frente — 8,00m.

Fundos — 24,00m.

Área — 192,00m².

Forma regular. Baldo.

Convido os heréus confinantes ou os que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 9 de outubro de 1956. — (a.) Valdir Acatauassú Nunes, secretário de Obras.

(T. 15.794 — 11, 21 e 31/10/56)

ANÚNCIOS

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA (PATRIMÔNIO NACIONAL)

Aviso

A Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional, avisa a quem interessar possa, que a firma Sobreria & Barbosa, estabelecida à Rua 1.ª de Março n. 111, com negócio de armazéns, comunicou ter-se extraviado o conhecimento n. 121, do Rio de Janeiro para este porto, em trânsito para Florianópolis, Estado do Amazonas, relativo a duas (2) caixas com pastas para dentes, marca "S & B", embarcadas por O. Tolipan & Soeiro, e consignado à ORDEM, o qual foi transportado pelo navio "Aratimbó" vgm. 202, entrado em 28 de julho de 1955. Se nenhuma reclamação for apresentada dentro do prazo do § 1.º do art. 9.º do Decreto n. 19.673, de 1930, com as modificações determinadas pelo Decreto n. 19.754, de 18 de março de 1931, será a carga entregue ao notificante, independente do original.

Agência de Belém, 5 de outubro de 1956.

Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional. — (aa) J. Dias Paes & Cia. Ltda., agentes.

(T. 15.798 — 11/10/56)

ASSOCIAÇÃO RURAL DE SANTANA DO CAPIM

Resumo dos Estatutos da "Associação Rural de Santana do Capim", aprovados em sessão de Assembleia Geral de 9 de maio de 1956.

Denominação — Associação Rural de Santana do Capim.

Fundo social — É constituído de: jóias, mensalidades, subvenções, rendas patrimoniais, etc.

Fins — Constituem finalidades principais da Associação:

a) colaborar com os poderes públicos, no sentido de fortalecimento do espírito associativo entre os que exercem atividades rurais;

b) congregar em seu seio todos os que se dedicarem à lavoura, à pecuária e às indústrias rurais, inclusive as extrativas de origem animal e vegetal;

c) articular os elementos da classe a fim de promover a defesa de seus direitos e interesses e realizar as suas aspirações, bem como o progresso e aprimoramento da agricultura em sua área territorial;

d) manter com as congêneres relações de cordialidade e cooperação;

e) organizar um outro de informa-

ções sobre a vida agro-pecuária do município;

f) instalar e manter, sempre que possível, em edifício próprio, a "Casa Rural de Santana do Capim" para sede social;

g) criar serviços de assistência técnica, econômica e social em benefício dos sócios;

h) sustentar e defender, perante a Federação respectiva os interesses dos sócios;

i) prestar as informações que lhe forem solicitadas pelas repartições municipais, estaduais, territoriais ou federais;

j) difundir noções de higiene visando a melhoria das condições do meio rural;

l) organizar museus ou exposições permanentes dos produtos locais de expressão econômica;

m) promover, pelos meios a seu alcance, o ensino profissional de interesse agro-pecuário;

n) pugnar pela aplicação das medidas relativas à padronização e à classificação dos produtos agro-pecuários;

o) colaborar na aplicação das leis atinentes à vida rural;

p) auxiliar ou executar, quando devidamente credenciada, serviços oficiais de estatística;

q) organizar serviços de arbitragem e, bem assim, de avaliação e peritagens;

r) executar, se essa tarefa lhe for cometida, serviços de controle e de registro genealógicos;

s) estimular a economia dos sócios, favorecendo a aquisição da propriedade rural e promovendo a constituição e o desenvolvimento de cooperativas que realizem a defesa dos seus interesses; e

t) realizar, periodicamente quando possível, exposições municipais ou regionais.

Sede — Vila de Santana do Capim, Estado do Pará, Brasil.

Duração — Tempo indeterminado.

Administração e representação — Diretoria:

Prazo do mandato — 3 anos.

Responsabilidades — Os sócios não respondem pelos compromissos assumidos pela Associação.

Dissolução — Em caso de dissolução da Associação, o seu patrimônio e fundos sociais terão o destino previsto em lei.

Diretoria:

Presidente — Octaviano Rodrigues do Valle Junior, brasileiro, casado, militar.

Vice-presidente — Odem Lacerda, brasileiro, casado, militar.

1.º Secretário — Heiuz Obreht, brasileiro, casado, militar.
2.º Secretário — Raimundo Iatagum Barreto Falcão, brasileiro, casado, militar.

1.º Secretário — João Assafin, brasileiro, casado, militar.
2.º Tesoureiro — Osvaldo Rodrigues do Valle, brasileiro, casado, militar.
Belém, 6 de outubro de 1956. —
(a) Octaviano Rodrigues do Valle Junior, presidente.

(T. 15.795 — 11/10/56)

AVISO AOS CREDORES DE A. LEAL & CIA. LTDA.

JUIZO DE DIREITO DA 7.ª VARA (FALÊNCIAS E CONCORDATAS) DA COMARCA DA CAPITAL

Escrivão — João Pepes
Concordata Preventiva de A. Leal & Cia. Ltda.

"Piam" Farmacêutica e Comercial do Brasil Ltda., comissária da Concordata Preventiva de A. Leal & Cia. Ltda., avisa aos interessados que se acha à disposição dos mesmos, de segundas às sexta-feiras, das 8 às 12 e das 14 às 18 horas, e aos sábados das 8 às 11 horas, no escritório de sua filial neste Estado, à Rua Padre Prudêncio n. 182, Belém, Estado do Pará, 10 de outubro de 1956. P. p. Piam Fam. e Com. do Brasil Ltda. — Carlos Alberto Chaves, gerente, filial, Belém.
(T. 15.797 — 11 e 13/10/56)

MANOEL PEDRO — MADEIRAS DA AMAZÔNIA S/A. (MADRO)

Convocação de Assembléia Geral Extraordinária

Convidamos os Senhores Acionistas de Manoel Pedro — Madeiras da Amazônia S/A. (MADRO), a comparecerem à reunião de Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 17 deste mês, às 17,30 horas, na sede social, à Rua de Bragança, n. 55, para deliberar sobre a exposição da Diretoria, relativa à conveniência ou não do aumento do capital, em face da Lei n. 2.862, de 4 de setembro do corrente ano e o que mais ocorrer.

Belém, 8 de outubro de 1956. —
(a.) Dr. Ruy Augusto de Bastos Meira — Diretor-Presidente.

(T. — 15.785 — 10, 11 e 12/10/56)

COMPANHIA NIPÔNICA DE PLANTACÃO DO BRASIL, S. A.

Assembléia Geral Extraordinária — 1.ª Convocação

Convidam-se os acionistas da Companhia Nipônica de Plantação do Brasil, S. A., a comparecerem à reunião de Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 12 de outubro, às 16 horas, na sede provisória, à Rua Dr. Malcher, 53, nesta cidade, a fim de elegerem a nova Diretoria, em face do reinício das atividades da empresa.

Belém, 3 de outubro de 1956. —
(a.) Renkichi Hiraga, representante.

(T. 15.759 — 5, 7, 9 e 11/10/56)

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

DELEGACIA EM BELÉM

Edital n. 34

Pelo presente e nos termos do art. 120, § 3.º, do Decreto n. 1.918, de 27-8-37, ficam notificados os associados abaixo enumerados da decisão proferida pelo Conselho Fiscal do Instituto nos processos de benefícios em que são interessados, bem como de que têm o prazo de 30 dias para recorrer ao Conselho Superior de Previdência Social, caso não se conformem com a decisão:

- 1 — Raimunda Garcia Marinho — ex-emp. Romariz, Fischer S. A.; processo n. 1 609 819;
- 2 — Osvaldina de Oliveira Souza — ex-empr. Cia. Ind. do Brasil; processo n. 1 609 970;
- 3 — Sinésio Lopes de Castro — emp. Francisco L. Ferreira; processo n. 1 751 344;
- 4 — Maria Fortunata Rodrigues dos Santos — emp. M. Santos & Cia.; processo n. 1 751 441;
- 5 — Graziela Ferreira — emp. Jorge Hage & Cia.; processo n. 1 751 944;
- 6 — Raimunda Sandim Oliveira — emp. Romariz, Fischer S. A.; processo n. 1 751 159;
- 7 — Raimundo Agnelo Pereira — emp. Pena de Carvalho e P. de Souza; processo n. 1 751 655;
- 8 — Maria Célia da Costa Torres — emp. Ind. Martins Jorge S. A.; processo n. 1 751 473;
- 9 — Luzia Ramos Nascimento — emp. Fáb. S. José Ltda.; processo n. 1 752 003;
- 10 — Maria da Conceição Rodrigues Monteiro — ex-empr. Fáb. Calçados Rex, Ltda; processo n. 1 752 602;
- 11 — Maria Francisca Santos — emp. Tácito & Cia.; processos ns. 1 752 515 e 1 751 670;
- 12 — Maria da Conceição Barbosa da Silva — emp. Ind. Martins Jorge S. A.; processo n. 1 752 714;

- 13 — Maria Helena Siqueira Gomes — ex-emp. Usina Tupy; processo n. 1 752 333;
- 14 — Maria Célia Sales — emp. V. P. Arruda; processo n. 1 752 949;
- 15 — Raimunda Augusta Matos — ex-empr. Ind. Martins Jorge S. A.; processo n. 1 752 652;
- 16 — Raimundo Barbosa da Costa — emp. Mel. Pedro S. A.; processo n. 1 752 464;
- 17 — Maria Moreira das Chagas — ex-emp. Cia. Ind. do Brasil; processo n. 1 752 564;
- 18 — Francisco Ponciano de Souza — ex-emp. Urbano Ferro Costa e Carabelli; processo n. 1 752 666;
- 19 — Maria de Lourdes Coelho — ex-emp. Produtos Vitória Ltda.; processo n. 1 752 483;
- 20 — Maria Borges da Conceição — ex-empr. Cia. Ind. do Brasil; processo n. 1 752 592;
- 21 — Raimundo Jaques da Rocha — empr. Aliança Ind. S. A.; processo n. 1 753 320;
- 22 — Wilson Almeida da Silva — empr. Emp. Brasileira de Engenharia; processo n. 1 753 826;
- 23 — João Corrêa da Silva — ex-empr. Antonio Silva; processo n. 1 753 038;
- 24 — Raimundo Marinho — emp. Cláudio Chaves; processo n. 1 753 350;
- 25 — Augusta Irene de Brito — ex-empr. Sobral, Irmãos S. A.; processo n. 1 753 193;
- 26 — Ana Maria Guimarães de Souza — empr. Oliveira Simões & Cia.; processos ns. 1 752 407 e 1 753 398;
- 27 — Maria da Conceição Tavares Leal — emp. Romariz, Fischer S. A.; processo n. 1 754 773;
- 28 — Maria de Lourdes Amador — emp. M. Santos & Cia.; processo n. 1 754 777;
- 29 — Raimundo Castro de Freitas — ex-empr. Emp. Nacional de Fundações S. A.; processo n. 1 609 807;
- 30 — Domingos de Jesus Goulart — empr. Pena de Carvalho e P. de Souza; processo n. 1 752 426;
- 31 — Hipólito Martins Marinho — empr. SNAPP; processo n. 1 753 266.

Delegacia do I. A. P. dos Industriários, Belém-Pará, 11-10-56.

(a.) Annita Teixeira da Costa, Chefe do Serviço de Benefícios.

Edital n. 31

Pelo presente e nos termos do art. 120, § 3.º, do Decreto n. 1.918, de 27/8/37, ficam notificados os associados e beneficiários abaixo enumerados da decisão proferida nos processos de benefício em que são interessados, bem como de que têm o prazo de 30 dias para recorrer ao Conselho Fiscal do Instituto, caso não se conformem com a decisão:

- 1 — Francisco Cardoso — ex-empregado de Celerin do Rêgo Batista; processo n. 3/1 755 065; cessação 31/8/56 — confirmada;
- 2 — João Antonio de Moraes — empreg. Cerâmica S. José Ltda.; processo n. 3/1 755 111; cessação 11/9/56 — confirmada;
- 3 — Manoel Almerindo Dias Araújo — emp. Cia. Paranaense de Artefatos de Borracha; processo n. 3/1 751 513; cessação 28/7/56 — confirmada.

Delegacia do I. A. P. dos Industriários, Belém-Pará, 11-10-56.

(a.) Annita Teixeira da Costa, Chefe do Serviço de Benefícios.

(Ext. — 11-10-56)



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diario da Justiça

DO ESTADO DO PARÁ

ANO XXI

BELÉM — QUINTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1956

NUM. 4.756

COMARCA DE CASTANHAL

Edital de Citação

O Doutor Raimundo de Pádua Costa, Juiz de Direito desta Comarca de Castanhal, Estado do Pará, etc..

Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que se está processando por este Juízo e Cartório do Primeiro Offício, aos termos de uma ação civil de reintegração de posse, com o rito ordinário em que são autores — Antonio Carvalho da Silva e sua mulher dona Maria Carvalho da Silva, pelo presente e para todos os termos e atos do processo, ficam citados os possíveis interessados ausentes a fim de no prazo de sessenta dias, apresentarem contestação sobre os termos da petição seguinte: — Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Castanhal. Dizem Antonio Carvalho da Silva e sua mulher, brasileiros, casados, agricultores, domiciliados nesta Comarca, representados por seu advogado infra assinado que são senhores e possuidores por justo título e aquisição legal (doc. anexo) de um lote de terras situado neste município, na travessa São Miguel, da Colônia Três de outubro, sob número um (1) da referida travessa e que se delimita, pelo lado direito com terras de Maria Rocha, pelos fundos com terras de Luiz Duarte de Carvalho e pelo lado esquerdo com terras de Zuza Pereira, medindo mais ou menos duzentos e cinquenta metros de frente, pela travessa acima referida, por mil metros de fundos, na projeção da travessa Trinta e Dois (32), que foi vendido aos suplicantes pelo Governo do Estado do Pará, consoante título definitivo expedido a seu favor e devidamente transcrito no Registro de Imóveis. Ocorre, no entanto, que uma parte dessa área está abusivamente ocupada por José Mindú da Silva, brasileiro, solteiro, maior, Corália Cornélia de Oliveira Santos, brasileira,

viúva, maior, e seus filhos Onecimo, Antonio, Egídio, Raimunda, Olírio e Virgílio Ferreira dos Santos, sendo os dois últimos menores im-puberes, segundo alega sua mãe. Os suplicantes querem propôr contra os réus acima descritos a competente ação de restituição de posse, com o rito ordinário, nos termos expressos no artigo 499, do Código Civil Brasileiro e artigos seguintes, combinados com os artigos 371 e seguintes Brasileiro, para que sejam condenados a restituir aos autores a posse da área indevidamente ocupada por eles já que nos termos do artigo 507 parágrafo único do Código Civil, "entende-se melhor a posse que se fundar em justo título", disposição essa que se afeiçoa à do artigo 505, do mesmo Código, pela qual "não se deve julgar a posse em favor daquele a quem evidentemente não pertencer o domínio". Os réus não têm qualquer título, pois esse lote pertencia ao Governo do Estado, cujo patrimônio, de terras devolutas integrava e foi adquirido pelos autores em forma legal, como tudo demonstra o documento anexo. Andaram de má fé os réus se instalando em uma parte desse imóvel no qual fizeram pequenas e deliberadas plantações com a intenção de justificarem sua presença ali, intentaram uma ação possessória contra os autores, que foi julgada desfavoravelmente contra eles em primeira instância, sendo anulada em segunda (doc. anexo). Assim, os autores requerem a V. Excia. se digne de mandar citar os réus para oferecerem a defesa que tiverem no prazo legal, sob pena de revelia, sendo os menores impuberes citados na pessoa de sua mãe e os puberes com a assistência desta, e dando-se aos

EDITAIS

JUDICIAIS

mesmos menores um curador à lide, tudo na forma prescrita pelo Código de Processo Civil Brasileiro, e prossiga-se nos ulteriores termos de direito até final, pena de revelia e demais cominações de direito, condenados os réus afinal não só a restituírem a posse clandestina em que se acham, aos autores, e a pagar a estes a indenização que for arbitrada pelos prejuízos causados, além da perda das benfeitorias que porventura tenham introduzido na área ocupada. Indicam os autores como provas a serem produzidas: — a) depoimento pessoal dos réus, pena de confissão; b) testemunhas; c) vistoria judicial com arbitramento; d) documentos como prova contrária e todas as demais provas admitidas em direito. Tem o valor a presente de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00). Castanhal, dez de setembro de mil novecentos e cinquenta e seis. — (a.) P. p. Octávio Augusto de Bastos Meira. (Está devidamente selada). Em virtude do despacho do Meritíssimo Doutor Juiz foi expedido o mandado citatório o qual foi certificado pelo oficial de justiça encarregado da diligência estarem os réus em lugar incerto e não sabido, excepto os de nome Corália Cornélia de Oliveira Santos e Antonio Ferreira dos Santos, razão, porque mandei passar o presente edital para no prazo de sessenta dias que correrão em cartório após a publicação deste apresentarem a contestação em seu favor.

E para que não aleguem ignorância vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Castanhal, aos dois dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis. Eu, Manoel Deodoro Alfaia

de Araújo, escrivão, datilografei e subscrevi. — (a.) Raimundo de Pádua Costa, Juiz de Direito.

(T. 16.201 — 11-9-56)

BEM DE FAMILIA

Faço saber que usando do direito que lhes é facultado pelo Código Civil Brasileiro, em seus arts. 70 a 73 e pelo Decreto-lei n. 3.200 de 19 de abril de 1941, em seus arts. 19 alterado pela Lei 2.514 de 27 de junho de 1955, e 23, denominado de Organização e Proteção à Família, Waldemar Valério dos Santos, comerciante e sua mulher dona Venina Martins Valério, de prendas domésticas, ambos brasileiros, casados em primeiras núpcias, e sob o regime da comunhão de bens, domiciliados e residentes nesta cidade, resolveram destinar o imóvel de sua legítima propriedade: terreno edificado com o prédio número trezentos e cinquenta e oito (358), situado à Av. Gentil Bittencourt, perimetro compreendido entre as travessas Quintino Bocaiuva e Ruy Barbosa, nesta cidade, medindo de frente 12,27m., por 59,40m. de fundos, confinando de ambos os lados com propriedades atribuídas a quem de direito, — avaliado em oitocentos mil cruzeiros (Cr\$ 800.000,00), — para domicílio de sua família, instituindo sobre o mesmo imóvel, o ônus que caracteriza o "Bem de Família", revestindo de todas as formalidades previstas em lei, para que goze das vantagens e regalias inerentes ao "Bem de Família", perdurando seus efeitos enquanto o mesmo se enquadrar nos dispositivos do art. 20 do citado Decreto-lei, ficando dito imóvel livre de execução por dívidas, pois os instituidores confessam não possuir dívida alguma de sua responsabilidade que possa prejudicar tal instituição, — conforme escritura pública de 12 de setembro último, lavrada às fls. 29 v. do livro 223 das notas da tabelião Diniz, desta cidade.

Se alguém se julgar prejudicado, deverá dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data desta publicação, reclamar por escrito e perante mim, para os devidos fins de direito.

Belém do Pará, 10 de outubro de 1956. — (a.) Belém Amazonas da Costa, oficial, subst.

(T. 15.799 — 11/10/56)

PROTESTO DE LETRAS

Faço saber por este edital a Companhia Industrial de Carnuru, que foi apresentada em meu cartório à Trav. Campos Sales, 90, 1.º andar da parte do Banco do Brasil S. A., para apontamento e pagamento a duplicata de conta mercantil n. 407 no valor de nove mil setecentos e trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 9.738,40), por Vv. Ss., endossada a favor do Banco Nacional do Norte S. A., Recife (PE), e os intimo e notifico ou a quem legalmente os representem para apresentarem os documentos exigidos por lei, em devida forma, pelo que, se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 9 de outubro de 1956. — (a) Aliete do Vale Veiga, oficial do Protesto de Letras

(T. 15.795 — 11/10/56)

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar o sr. Domingos Silva de Oliveira e a senhorinha Julia Ferreira Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Castanhal — Abaetetuba, pintor, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. Timbiras, 310, filho de Virginia da Silva Alcantara.

Ela é também solteira, natural do Pará, Abaetetuba, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. Bom Jardim, 747, filha de João Bezerra Silva e de dona Idalina Ferreira Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei, em devida forma, pelo que, se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 10 de outubro de 1956.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, oficial de casamentos nesta Capital, assino. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 15.791 — 11 e 18/10/56)

Faço saber que se pretendem casar o sr. Waldomiro Moraes dos Santos e dona Orfila Silva Aporcino.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, servente, domiciliado nesta cidade e residente à Passagem Boca do Acre, 193, filho de José dos Santos Rodrigues e de dona Silveira Ferreira de Moraes.

Ela é também solteira, natural do Amazonas, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Passagem Boca do Acre, 193, filha de Quintino Julião Aporcino e de dona Antonia Silva Aporcino.

Apresentaram os documentos exigidos por lei, em devida forma, pelo que, se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 10 de outubro de 1956.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, oficial de casamentos nesta Capital, assino. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 15.792 — 11 e 18/10/56)

Faço saber que se pretendem casar o senhor Rocio Saliano de Oliveira e a senhorinha Dalzira Feliz da Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Estado do Pará, Belém, vidraceiro, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Silva Castro, 22, filho de Joventino Saliano de Oliveira e de dona Ricardina Maria de Oliveira.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Rua Silva Castro, 22, filha de Francisco Felix da Silva e de dona Ana Felix da Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei, em devida forma, pelo que, se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 10 de outubro de 1956.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, oficial de casamentos nesta Capital, assino. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 15.793 — 11 e 18/10/56)

Faço saber que se pretendem casar o sr. Francisco Travassos do Carmo e dona Teodora da Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, braçal, domiciliado nesta cidade e residente à Passagem São Jorge, s/n, filho de Francisca Travassos do Carmo.

Ela é também solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Passagem São Jorge, s/n, filha de Teodora Freitas da Silva, falecida em data que não pode precisar.

Apresentaram os documentos exigidos por lei, em devida forma, pelo que, se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 3 de outubro de 1956.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, oficial de casamentos nesta Capital, assino. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 15.743 — 4 e 11/10/56)

Faço saber que se pretendem casar o sr. Deocleio Costa da Silva e dona Cecilia Batista Guilherme.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, operário, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Presidente Pernambuco, 20, filho de Joao Pereira da Silva e de dona Marta Gomes da Silva.

Ela é também solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Rua Presidente Pernambuco, 20, filha de Damião Francisco Guilherme e de dona Umbelina Maria Francisca.

Apresentaram os documentos exigidos por lei, em devida forma, pelo que, se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 3 de outubro de 1956.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, oficial de casamentos nesta Capital, assino. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 15.744 — 4 e 11/10/56)

Faço saber que se pretendem casar o sr. Francisco de Assis Martins da Silva e a senhorinha Adenyl Angela da Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, func. autárquico, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. Castelo Branco, 262, filho de Pedro Gambella da Silva e de dona Elvira Martins da Silva.

Ela é também solteira, natural do Bahia, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Vila Bragança, casa, 13, filha de Maria de São Pedro Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei, em devida forma, pelo que, se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 3 de outubro de 1956.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, oficial de casamentos nesta Capital, assino. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 15.745 — 4 e 11/10/56)

ORDEN DOS ADVOCADOS DO BRASIL

(Seção do Pará)

2.ª CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

Nos termos da alínea I do art. 59 e da alínea I do artigo 60 do Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo a honra de convocar os duzentos e quarenta e cinco (245) advogados inscritos nesta Seção, que se acham quites do pagamento de suas anuidades, a se reunirem, com qualquer número, em Assembleia Geral, no dia dezois (16) de outubro corrente, às onze (11) horas, na sala de sessões do Conselho Seccional, no edifício do Fórum, para deliberarem a respeito do seguinte:

I — discussão e votação do Relatório e das Contas da Diretoria referentes ao período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1955;

II — discussão e votação da proposta do Conselho Seccional, subscrita por mais de cinquenta (50) advogados, no sentido de ser majorada para quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) a anuidade devida à Ordem, a partir do exercício de 1957, inclusive.

O Relatório, as Contas da Diretoria e a proposta de aumento da anuidade foram publicados no DIÁRIO OFICIAL deste Estado, edição de 16 de setembro do ano corrente, encontrando-se os documentos comprobatórios da escrita à disposição de todos, diariamente, das 9 às 12 horas, na sede do Conselho, no edifício do Fórum, nesta Capital.

Belém, 5 de outubro de 1956. — (a) Aldebaro Cavaleiro de Macêdo Klantau, Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

(Dias — 9, 11, 12 e 16-10-56)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Edital de citação com o prazo de trinta (30) dias, ao Dr. Arthur Cláudio Mello, Ex-Secretário de Estado do Interior e Justiça. O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente, abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 52, da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e no Ato n. 5, de 14-1-55 (D. O. de 19-1-55) e em obediência ao Acórdão n. 1.447, de 18/9/55 (D. O. de 22-7-55), cita, como citado fiável, através do presente Edital, que será publicado durante (30) dias, a partir desta data, o Dr. Arthur Cláudio Mello, Ex-Secretário de Estado do Interior e Justiça, para, no prazo de dez (10) dias, após a última publicação no DIÁRIO OFICIAL, apresentar defesa ali prevista, relativamente ao processo de Prestação de Contas, exercício financeiro de 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco) — Processo n. 2.089, pois os documentos e comprovantes apresentados revelaram irregularidades apontadas pela Seção de Tomada de Contas, pelo Sr. Auditor e pelo Juiz designado para dar o voto orientador, o que define a responsabilidade do Dr. Arthur Cláudio Mello, sujeita à defesa prévia.

Belém, 28 de setembro de 1956.

(a.) Adolpho Burgos Xavier, Ministro Presidente.

(G.—Dias 30/9; 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31/10; 1 e 3/11/56).

TRIBUNAL DE CONTAS EDITAL

Citação, com o prazo de trinta (30) dias, à Revma. Irmã Ana Cassilda Renis, Superiora do

Asilo "D. Macêdo Costa".

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu vice-Presidente abaixo assinado, no exercício da Presidência (letra a, inciso I, seção III, art. 18 do Regulamento Interno), cumprindo o disposto no art. 52 da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e no Ato n. 5, de 14.1.55 ("D. O." de 19.1.55), e em obediência ao Acórdão n. 1459, de 25.9.56 ("D. O." de 3.10.56), cita, como citada fiável, através do presente Edital, que será publicado durante (30) dias, a partir desta data, à Revma. Irmã Ana Cassilda Renis, Superiora do Asilo "D. Macêdo Costa", para, no prazo de dez (10) dias, após a última publicação do "Diário Oficial", apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de prestação de contas, exercício financeiro de 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco) — Processo n. 2039, pois os documentos e comprovantes apresentados revelaram irregularidades apontadas pela Seção de Tomada de Contas, pelo sr. auditor e pelo juiz designado para dar o voto orientador, o que define a responsabilidade da Revma. Ana Cassilda Renis, sujeito à defesa prévia.

Belém, 5 de outubro de 1956.

Mário Nepomuceno de Souza Vice-presidente, no exercício da Presidência.

(G — 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30 e 31/10; 1, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15 e 17/11.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Assembléia

DO ESTADO DO PARÁ

ANO III

BELEM — QUINTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1956

NUM. 623

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

74.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente — Sr. Deputado João Camargo

1.º Secretário — Sr. Deputado Armando Carneiro

2.º Secretário — Sr. Deputado Wilson Amanajás

As 15,10 hs. do dia 2 de agosto de 1956, feita a chamada, verifica-se a presença dos seguintes Srs. Deputados, além da Mesa acima referida: Abel Figueiredo, Amintor Cavalcante, Acindino Campos, Antônio Vilhena, Atahualpa Fernandez, Avelino Martins, Cassiano Lima, Dionísio Bentes de Carvalho, Fernando Magalhães, Félix Melo, J. J. Aben-Athar, Jorge Ramos, Laércio Barbalho, Moura Palha, Newton Miranda, Paulo César, Raymundo Chaves, Reis Ferreira, Silas Pastana, Serrão de Castro Filho, Stelio Maroja e Victor Paz. (25).

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, está aberta a sessão.

O Sr. 2.º Secretário vai proceder à leitura da ata da sessão anterior.

— O SR. 2.º SECRETÁRIO FAZ A LEITURA DA ATA.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O Sr. Wilson Amanajás — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. WILSON AMANAJÁS — Sr. Presidente. Pedi a palavra para fazer uma retificação à ata, quando a mesma se refere à resposta que dei ao Sr. Deputado Avelino Martins.

Ela deve ser redigida da seguinte forma: (Lê)

“O Deputado Wilson Amanajás respondeu que solicitara verificação de “quorum”, retirando-se de Plenário em seguida e que, neste momento, levantaria a mesma questão caso o seu colega de bancada não se houvesse antecipado. O Deputado Avelino Martins insistiu na questão de ordem. A Presidência explicou que a votação do parecer fôra procedida com a presença da maioria da Casa contra o voto da bancada da oposição”.

Respondendo ao Deputado Avelino Martins, deve ser redigida da seguinte forma: (Lê)

“O Deputado Wilson Amanajás pediu verificação de “quorum” quando o Presidente submeteu a votação o parecer sobre o inquérito do DER, tendo recebido como resposta do Presidente que havia dezenove Deputados em Plenário, tendo o Deputado Amanajás declarado que se retirava do Plenário, não sabendo o que sucedeu após”.

O SR. PRESIDENTE — Tendo o 2.º Secretário pedido

retificação da ata, eu peço ao Sr. 1.º Secretário para dar a explicação.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Nobre Deputado, V. Excia. não tem razão. O parecer foi aprovado pela maioria.

O SR. WILSON AMANAJÁS — Contra o voto da bancada da oposição.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Mas foi por maioria.

O SR. WILSON AMANAJÁS — A maioria não é a mesma coisa. Pode ser um tanto do PSD e outro da oposição.

O SR. PRESIDENTE — Eu submeto a voto a ata como está redigida. Os Sr. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovada.

Os Srs. Deputados que aprovam a retificação solicitada pelo Sr. Deputado Wilson Amanajás, queiram permanecer sentados. Rejeitada.

O Sr. Wilson Amanajás — Sr. Presidente. V. Excia. pela primeira vez está submetendo ao Plenário um pedido de retificação da ata. Por esse motivo eu contradigo V. Excia. que não é norma nesta Casa se submeter a votação destacando as propostas. A ata deve ser redigida pelo 2.º Secretário. Nestas condições, eu amanhã vou mandar redigi-la, constando na mesma o que de fato se passou. Eu não aceito a atitude de V. Excia., sem lançar meu protesto em Plenário.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. está cometendo uma injustiça, nobre Deputado. Se ela não está redigida a culpa é de V. Excia. que é o segundo Secretário. Eu não tenho culpa.

O Sr. Wilson Amanajás — V. Excia. está confundindo atribuições que não compete à Presidência. Por isso que estão acontecendo certas coisas na Secretaria que não deviam acontecer.

O SR. PRESIDENTE — Eu não quero discutir com V. Excia.

O Sr. 1.º Secretário vai proceder à leitura do sumário do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê):

Abaixo Assinado:

— dos moradores da travessa Castelo Branco, solicitando providências desta Casa. (Ao Sr. General Governador)

Telegrama:

— Do Sr. Miguel Fernandes Costa Júnior, comunicando ter sido suspenso das funções de Prefeito do Município de Barcarena, por ato da Câmara Municipal. (Arquivar)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Deputado Ferro Costa.

O Sr. Reis Ferreira — Sr. Presidente. Eu estava com a palavra, na sessão passada, quando V. Excia. interrompeu. Acho que devo continuar.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. REIS FERREIRA — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Há poucos dias fui procurado pelo Presidente da Associação Rural de Irituia, Sr. Severino de Oliveira, que expôs a situação dramática em que se debatem os agricultores naquêlo Município.

É que aquela gente laboriosa procura vencer, através dos mais ardentes esforços, através de atos de abnegação, tôdas as dificuldades que se lhes antepõem e realizam trabalhos notáveis, notadamente, no que tange à agricultura alimentícia.

De Irituia nos vem a boa farinha, o feijão, o milho, os bons legumes, frutas várias.

O Banco de Crédito da Amazônia, quando orientado pelo Dr. Gabriel Hermes, irrigou uma soma notável de recursos para desenvolvimento das atividades dos agricultores naquêlo Município e nenhum deixou, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de resgatar os seus severos compromissos com o Banco de Crédito da Amazônia. Houve mesmo um caso a assinalar: vários financiados daquêlo estabelecimento bancário acorreram para liquidar seus débitos, antepondo-se ao vencimento prescrito nos citados contratos.

Ora, bastaria somente essa circunstância de haverem os agricultores de Irituia cumprido seus compromissos, resgatado seus débitos e o fazerem até mesmo por antecipação, numa demonstração inequívoca, não de abundância, mas através de atos que nobilitam aquela gente laboriosa, para provar, de maneira incontestável, que eles sabem bem cumprir as obrigações a que estão vinculados.

Assim, Sr. Presidente, eis aqui a prova de que os referidos agricultores resgataram seus compromissos e o fizeram por antecipação.

Trata-se de Fausto Laurentino de Lima, Izidro Antônio Peniche, Júlio da Silva Nunes, Fernando Antônio da Fonseca, Antônio Dias, Raimundo Pedro de Brito e José Alves da Silva.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, há necessidade da interferência dos poderes públicos junto à Diretoria do Banco de Crédito da Amazônia. É que o princípio preconizado pelo Governo Federal, de incremento à lavoura e à pecuária, não se faz sentir nesta faixa dos trópicos, nesta região tão brasileira, em nosso território, porque, conforme já assinaléi, não obstante o Banco de Crédito da Amazônia haver recebido, ainda há poucos meses, cento e oito milhões de cruzeiros e em grande parte graça à interferência desta Assembléia, junto à Valorização Econômica da Amazônia, estes agricultores, que cumpriram seus compromissos, que têm necessidade de desenvolver sua lavoura de subsistência para abastecer o Estado, há nove meses que estão à espera de recursos indispensáveis para continuar o seu trabalho, pelo que não é de estranhar, Sr. Presidente, que se aumente êsse êxodo do trabalhador rural. É que êle larga seu campo de ação, a fim de vir para Belém e se tornar um ambulante comum, um elemento pernicioso, por falta de ambiente.

O Sr. Wilson Amanajás — A quem êles se dirigiram?

O SR. REIS FERREIRA — Ao Banco de Crédito da Amazônia.

O Sr. Wilson Amanajás — São brasileiros?

O SR. REIS FERREIRA — São.

O Sr. Wilson Amanajás — É por isso. Se fossem japoneses já teriam sido atendidos...

O SR. REIS FERREIRA — Aliás, V. Excia., com êsse aparte, me faz lembrar um outro fato que já foi assinalado pelo Dr. Francisco Campos, umas das expressões mais refulgentes da intelectualidade brasileira, em uma conferência.

De modo que o agricultor alemão, o agricultor holandês, o japonês encontram um ambiente agradável, acolhedor, enquanto o cearense, como ainda há pouco o Deputado Waldemir Santana fez sentir, o piauiense, o rio-grandense do norte, e, finalmente, todos êsses bons brasileiros que tiveram a infelicidade de nascer no nordeste e, tangidos pela sêca, pelo fenômeno climatérico, se dirigem à Amazônia, não encontram ambiente. O Poder Público Federal continua ausente, deixando completamente abandonados êsses brasileiros, com graves prejuízos para a economia nacional.

É por isso, Sr. Presidente, que vou submeter à consideração desta Casa um requerimento, com o objetivo de dar mais autoridade ao apêlo que ainda hoje encaminhei, em nome da Federação das Associações Rurais do Pará, à Diretoria do Banco de Crédito da Amazônia.

É preciso que se saiba, Sr. Presidente, que o Banco de Crédito da Amazônia não é um banco comercial. Getúlio Vargas, quando procurou dar elementos a êsse Banco, em 1942, o plasmou com o alto objetivo de lhe imprimir uma orientação de Banco de fomento.

É de um banco de fomento que temos necessidade, não de um banco Comercial. Banco comercial já temos o Banco do Brasil, com recursos inesgotáveis da Casa da Moeda. Já classifiquei o Banco do Brasil de campeão do dinheiro caro. Realmente, é um juro prejudicial, leonino, porque a lavoura não comporta mais. O que não é possível é que o Banco da Amazônia tire tôdas as vantagens dos recursos que vêm para a Valorização da Amazônia. Anualmente recebe 80 a 100 milhões de cruzeiros e tôda essa quantia é levada de roldão, num vórtice cujo movimento não é possível ninguém deter. Nesse sorvedouro, todo o dinheiro se esvai e se coloca, certamente, numa profundidade, como os antigos tinham a concepção de abismo — aquilo que era sem fundo.

De maneira que todo êsse dinheiro não emerge, não flutua, não é irrigado com sentido sócio-econômico indispensável ao desenvolvimento da cultura agrária, nesta Região.

Assim sendo, submeto à consideração dêste Plenário, sob os melhores auspícios, pois não vislumbro carrancas, o seguinte requerimento: (Lê)

Requerimento

a) Seja enviado à Diretoria do Banco de Crédito da Amazônia veemente apêlo, no sentido de que sejam atendidos, na sua justa pretensão, os agricultores do Município de Irituia, que, à falta de recursos indispensáveis ao desenvolvimento de suas fecundas atividades, ameaçam abandonar a sua lavoura, para virem procurar trabalho nesta capital, onde esperam encontrar melhor compreensão para os seus angustiosos problemas;

b) que se dê conhecimento desta providência à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para justos fins de direito.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado, 30 de julho de 1956.

(a) REIS FERREIRA.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Está a palavra à disposição do Sr. Deputado Fernando Magalhães.

O SR. FERNANDO MAGALHAES — (Lê):

"Senhor Presidente. Srs. Deputados. Depois de tantos afazeres e responsabilidades, somente hoje é que ocupo esta grande tribuna, a minha tribuna como representante do povo, para responder a carta aberta do tal Diretor Geral do DER, confundindo-o e desmascarando-o perante a verdadeira opinião pública.

Não tive pressa em responder logo porque,

além de estar com a consciência tranquila, os fatos mais uma vez vão provar onde estão a verdade e a mentira, pondo a nu a formação moral de um homem que, sendo engenheiro, não soube construir o alicerce de uma vida pública limpa e coerente.

Mas não quero perder-me em palavras. Faço questão de responder e de esmagá-lo com fatos.

Começemos:

a) José de Sousa Magalhães Júnior, meu pai, trabalhou no D. E. R., de onde se afastou na administração Alirio César de Oliveira. Quando no exercício de seu mandato de vereador à Câmara Municipal de Marapanim nunca recebeu uma patata, sequer, dos cofres daquele Departamento. Desafio o vil caluniador a provar o contrário.

b) Os veículos da firma J. Magalhães Filho, da qual faço parte como sócio, eram de marca "Doge" e sempre foram reparados na Automotriz S. A.. Ademais, os mecânicos enviados a Marapanim, pelo D.E.R., o foram para executar serviços de caráter público, isto é, nos motores de luz daquela cidade e também no da vila de Maú, no mesmo município. Desafio o desprezível difamador a provar o contrário.

c) A construção da rodovia Marapanim — Marudá foi feita sob o regime de convênio, após o preenchimento das formalidades legais, assegurando às partes contratantes o direito líquido e certo de fiscalização aos trabalhos realizados, fiscalização que não foi e nem poderia ter sido feita por um parlamentar. Contudo, como representante do povo de minha terra, posso atestar que os serviços existem e, se forem concluídos sob a Administração Municipal, não de representar um fator de progresso para o Município e para o Estado.

Não posso deixar de dizer que o que estão fazendo em relação à rodovia Marapanim — Marudá é simples exploração política, tentando ferir a dignidade do prefeito de Marapanim, meu prezado amigo e companheiro de lutas, Francisco de Sales Neves.

A minha vida pública é um livro aberto. Tenho lutado às claras. Posso e ando de cabeça erguida. O emprêgo que eu tenho é um orgulho e uma honra para mim. É o meu mandato, que foi renovado de maneira mais segura e brilhante do que da primeira vez, em 1950, o que constitui um julgamento, pelo povo, dos meus atos públicos e privados. Veja, portanto, inútil caluniador, a distância que nos separa. Eu, como Deputado, diante do povo, agindo como homem e não como morcego, morcego que deve o emprêgo que tem a gestos de subserviência e ações indignas.

Não me atinge o final de sua carta. Sou um homem feliz, felicíssimo, e não tenho medo da luz da verdade nem do julgamento dos homens de bem compreender e respeitar a dignidade de um lar, e que pela vida conjugal regular são capazes de

Senhor Presidente. Senhores Deputados. Esta satisfação é dirigida, sobretudo, a esta Casa e à Sociedade onde vivo, razão pela qual a faço nestes termos civilizados, polidos e serenos, à altura da nobreza deste Parlamento.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2 de agosto de 1956.

(a) FERNANDO MAGALHÃES.

Ainda com a palavra, Sr. Presidente, quero participar à Casa que recebi uma carta de Bragança, na qual o mis-sivista comenta as excoerações e demissões feitas naquele Município.

Nos termos do seu cargo, apresento à consideração do

Casa o seguinte requerimento: (Lê)

Requerimento

Requeiro que, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, levando o protesto desta Assembleia ela infringência da Lei n. 727, de 15 de dezembro de 1953, em grande parte das nomeações de professoras decretadas por S. Excia..

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado, em 2 de agosto de 1956.

(a) FERNANDO MAGALHÃES.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR — Cedo minha vez, Sr. Presidente, ao Sr. Deputado Stélio Maroja.

O SR. STÉLIO MAROJA — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Antes de trazermos a Plenário alguns fatos, na sua maioria de natureza política, que me chegaram ao conhecimento e ao de nosso Partido, que depõem contra o chamado clima de pacificação, como líder da bancada do Partido Social Progressista, desejo anunciar que a nossa agremiação partidária está inteiramente solidária com o Sr. Deputado Fernando Magalhães, na sua réplica a um vil agressor. Fernando Magalhães é um correligionário que, dentro do Partido a que pertencemos, se tem imposto pela sua atitude correta, corajosa, cheia de dignidade, de franqueza e de elevação. A sua resposta à agressão, que acaba de ler, neste momento, está à altura do seu passado e merece o nosso absoluto apoio.

O Sr. Laércio Barbalho — O agredido foi o engenheiro Diretor do DER, o primeiro a ser ofendido nesta Casa.

O SR. STÉLIO MAROJA — V. Excia. está enganado. O engenheiro Antônio Pedro Viana ou quem quer que seja, antes de ser pelo Sr. Deputado Fernando Magalhães, apontado à execração pública neste Plenário, já havia tomado atitudes manifestas de ofensa àquêle parlamentar, inclusive concidando a esposa do mesmo para prestar esclarecimentos e dar contas relativas à aquisição de um veículo que se processou, como foi reconhecido no próprio relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, aprovado por Vs. Excias., de forma inteiramente regular.

Penso, nobre Deputado, que não há por que prolongar mais o debate.

O Sr. Laércio Barbalho — Estou divergindo, apenas, porque aqui, o engenheiro Antonio Pedro Vianna foi acusado de ladrão, de sujo e outras coisas, e quando êle convidou a esposa do Sr. Deputado o fez como Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, dentro da verdadeira ética funcional, tanto que se absteve de continuar notificando essa senhora.

O SR. STÉLIO MAROJA — Depois de repetidos chamados e justamente quando foi suspensa a chamada de demais implicados em compras de veículos do DER.

O Sr. Reis Ferreira — Divirjo da opinião do nobre Deputado Laércio Barbalho, porque a notificação deveria ser feita ao cabeça do casal, em se tratando de pessoa casada em comunhão de bens. Se não tem outorga matrimonial, por ser casada, ela não deveria ser citada.

O Sr. Laércio Barbalho — Mas quem apareceu na compra foi a senhora, não foi êle..

O Sr. Reis Ferreira — Eu sei, mas o meu filho é menor de dezesseis anos e quem assume a responsabilidade por êle sou eu. V. Excia. bem sabe disso.

O SR. STÉLIO MAROJA — Sr. Presidente. Srs. Deputados. O Partido Social Progressista, por meu intermédio, trouxe ao conhecimento desta Casa mais uma ocorrência do tipo de outras que há dias se verificaram no município de Ourém, e que bem revelam a onda de violências iniciada em alguns municípios do interior do Estado...

O Sr. Moura Palha — Não maior do que houve no Governo do General Assumpção.

O SR. STÉLIO MAROJA — ... e que se vai alastrando a outros.

O Partido Social Progressista recebeu do Sr. Prefeito de Barcarena, Miguel Fernandes da Costa Junior, uma comunicação relativa ao afastamento do referido gestor municipal, nestes termos: (Lê)

— NÃO FOI ENTREGUE AO SERVIÇO DE TAQUIGRAFIA.

O Sr. Laércio Barbalho — É telegrama, isso que V. Excia. acabou de ler?

O SR. STÉLIO MAROJA — É.

O Sr. Laércio Barbalho — De onde?

O SR. STÉLIO MAROJA — Telegrama de Barcarena.

O Sr. Laércio Barbalho — É porque só não tem lá telegrama mas também os termos do telegrama devem ser de uma pessoa mais mentalizada do que o Prefeito de Barcarena.

O SR. STÉLIO MAROJA — V. Excia. não conhece o Prefeito de Barcarena.

O Sr. Reis Ferreira — (Dirigindo-se ao Sr. Deputado Laércio Barbalho) — V. Excia. pode conhecê-lo por fora não por dentro. (Risos).

O SR. STÉLIO MAROJA — Agradeço o aparte que o Sr. Deputado Reis Ferreira acaba de dar.

De modo que, Sr. Presidente, está aí o caso de repetição de uma violência francamente estimulada pelo Governo do Estado. Nos dois municípios, precisamente com o afastamento de seus respectivos prefeitos, foi o mesmo: a chegada prévia de forte destacamento da Polícia Militar do Estado. A seguir, a reunião apressada da Câmara de Vereadores e o aproveitamento de u'a maioria insignificante para um atentado à Constituição, à Lei Orgânica dos Municípios e, sobretudo, à Democracia: a suspensão, o desrespeito aos mandatos conferidos pelo povo.

Do exame das causas que determinou o ato da Câmara Municipal evidencia-se o propósito político desse atentado à soberania popular.

O Sr. Reis Ferreira — Eu, que nutria o desejo de, nas próximas eleições, candidatar-me a prefeito do interior...

O SR. STÉLIO MAROJA — De que Município, nobre Deputado?

O Sr. Reis Ferreira — De Irituia, já que estou lá com a mão na massa.

O SR. STÉLIO MAROJA — V. Excia. tem aí uma experiência que não a aconselha a abandonar esta Assembléia por um mandato municipal.

O Sr. Laércio Barbalho — Experiência essa começada no Governo do General Assumpção. Foi justamente quando se cassaram mandatos de prefeitos.

O SR. STÉLIO MAROJA — Quais os casos?

O Sr. Laércio Barbalho — Porto de Moz, Faro, Altamira, Breves, Curralinho, etc.. Só até agora cinco...

O SR. STÉLIO MAROJA — Mas no caso de Breves e outros houve a participação inclusive de Vereadores do Partido de V. Excia.

O Sr. Laércio Barbalho — Lógico, e tem uma coisa, todos foram para o xadrez.

O Sr. Reis Ferreira — O interessante é o seguinte: porque houve a semente no Governo Assumpção, está frutificando no Governo atual.

O SR. STÉLIO MAROJA — Em menos de dois meses, estar-se assistindo a dois atentados a mandatos de prefeitos municipais.

O Sr. Armando Carneiro — Há poucos instantes, V. Excia. aludiu a chegada de força policial, mas direi a V. Excia. que quem pediu esse reforço foi o líder do seu Partido, em Barcarena.

O SR. STÉLIO MAROJA — Então, eu posso assegurar a V. Excia. que essa força policial se colocou ao lado da maioria da Câmara Municipal para fazer provocações dentro

da sede do município de Barcarena.

V. Excia. irá ver que tenho razão quando dou a esta Casa uma informação política. Acompanhe a minha exposição, preste atenção aos atos e chegará à conclusão de que meu Partido tem razão.

O Sr. Presidente. Srs. Deputados. O Prefeito deu uma explicação cabal à Administração Municipal. Encerrou o exercício passado com um saldo de Cr\$ 300.000,00. A diferença que a Câmara Municipal tem encontrado como não utilizada em utilidades reprodutivas é na importância de ... Cr\$ 143.922,25. Em explicação à Câmara, o Prefeito mostra que esse saldo assegurava justamente aplicação, em finalidade para a importância encontrada como de menos no levantamento realizado pela Câmara Municipal. Houve, portanto, uma cobertura no saldo financeiro do exercício, destinado à aplicação exigida pela Legislação Federal e de que a Câmara Municipal tinha um manifesto focalizador.

Adiantou mais o Prefeito que havia encomendado material agrícola a uma das grandes casas de ferragens desta capital, a qual, somente nos primeiros meses desse exercício, pode fazer a remessa desse mesmo material, cujo pagamento foi realizado com o saldo do exercício passado.

Sr. Presidente. Srs. Deputados. Esta explicação é cristalina. Realmente, só a má fé, só o preconceito de ferir o direito e a lei poderiam levar o Legislativo Municipal ao procedimento que teve.

O Sr. Paulo César — V. Excia. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — Eu desejo uma informação de V. Excia., quantos membros tem a Câmara?

O SR. STÉLIO MAROJA — Nove membros.

O Sr. Paulo César — Quantos votos foram para a cassação?

O SR. STÉLIO MAROJA — Foram cinco por quatro.

O Sr. Paulo César — Eu tive oportunidade de apreciar um caso em que se discutia essa questão, e que cinco não poderia ser a maioria de nove.

O SR. STÉLIO MAROJA — Essa cassação pede 2/3.

O Sr. Paulo César — Muito obrigado, nobre Deputado, pela explicação. É um ato deliberativo da Câmara que priva o Prefeito de exercer seu mandato.

O SR. STÉLIO MAROJA — Eu agradeço o aparte do ilustre representante do Partido Republicano.

Sr. Presidente. Srs. Deputados. O Partido Social Progressista traz, portanto, ao conhecimento desta Casa, a prática de mais uma injustiça do Partido Social Democrático e encossada pelo Governador do Estado. Trata-se da continuação de acontecimentos que ocorrem em Ourém, onde se caracterizou o Prefeito caricato, onde estão sempre vigilantes policiais da Polícia Militar do Estado, embalados, para impedir a entrada de elementos...

O Sr. Reis Ferreira — V. Excia. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — Fui convidado pelo Prefeito de Ourém a ir até essa cidade e estou com receio de aceitar o convite devido à explicação de V. Excia.

O SR. STÉLIO MAROJA — Eu posso afirmar a V. Excia., que Ourém realmente está na situação que acabei de denunciar, conforme informação que me foi prestada por um colega que retornou daquele município.

O SR. PRESIDENTE — Vamos passar à

1a. parte da Ordem Do dia

Não há pareceres a serem lidos. Há sobre a Mesa um pedido de renúncia à licença do Sr. Deputado Jorge Ramos. Os Srs. Deputados que aprovam o pedido de renúncia ao resto da licença, queiram permanecer sentados. Aprovado.

O SR. WILSON AMANAJAS — (Pela ordem) — Sr. Presidente. Art. 14, inciso 8o. (Lê):

"Providenciar sobre a entrega aos Deputados de publicações e impressos relativos aos trabalhos da Assembléia".

Trago ao conhecimento da Casa e levanto a questão de ordem, Sr. Presidente, para relatar que ontem estava eu no

exercício eventual de 1o. Secretário, na ausência do efetivo, e solicitei do Serviço de Taquigrafia que me fôsse fornecido um documento que se relacionava, precisamente, aos acontecimentos por mim provocados, a quando da votação do parecer sobre o processo do D. E. R., respondendo o Sr. Chefe do Serviço de Taquigrafia que não podia fornecer-me o referido documento porque tinha ordens, deixadas por uma Portaria da Presidência, para que somente com a sua autorização fôsse fornecidas a qualquer dos Srs. Deputados informações daquele Serviço.

Respondi-lhe que estava ali como Secretário e pedia o documento e o Chefe da Taquigrafia escusou-se, argumentando e exibindo uma Portaria, de fato, baixada pelo Presidente, de que só poderiam ser fornecidas informações aos Srs. Deputados mediante autorização prévia da Presidência.

Dirigi-me, então, ao Diretor da Secretaria e solicitei uma cópia da referida Portaria, para que pudesse comentá-la no Plenário. O Diretor da Secretaria, prudentemente dirigiu-se à sala da Presidência e, após conversar com o Presidente, voltou a mim, declarando que não poderia entregar a cópia da portaria porque o Sr. Presidente teria dito que somente com uma petição por escrito seria atendido ou indeferido, como é hábito.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem um minuto.

O SR. WILSON AMANAJÁS — É o suficiente.

Acontece que já está sendo ferido não só o Regimento da Secretaria, que no seu art. 59 diz que é atribuição do Sr. Diretor mandar fornecer certidão, não só está invadida a atribuição do Sr. 1o. Secretário, como, também, estão sendo tolhidas as atribuições dadas por esta Casa àquele funcionário.

O SR. PRESIDENTE — Estão esgotados os cinco minutos de V. Excia., para questão de ordem.

O SR. WILSON AMANAJÁS — Daí por que levanto a presente questão: se ainda prevalece a letra do nosso Regimento ou se fica inutilizada.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência não pode dar explicação, porque não sabe se V. Excia. fala na qualidade de Deputado ou de Secretário.

O SR. WILSON AMANAJÁS — Falo como Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Este assunto será tratado em reunião da Comissão Executiva. Se houver necessidade, V. Excia. falará, depois, em Plenário. Está encerrado o assunto.

O SR. LAÉRCIO BARBALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente. Acho que a questão levantada pelo Sr. Deputado Wilson Amanajás deve ser resolvida em Plenário, porque se trata do Regimento Interno. S. Excia. citou o art. 14, que, efetivamente, dá atribuições ao Sr. 1o. Secretário para providenciar a entrega, aos Deputados, que não podem ficar tolhidos, na Secretaria, de obter seus documentos, notadamente seus próprios discursos.

Eu fui um dos que procurou notas taquigráficas, na Secretaria, e isso me foi negado, sob a alegação de que havia essa famigerada portaria.

Daí, Sr. Presidente, por que me manifesto pela questão de ordem, no sentido de que a mesma seja resolvida no Plenário, uma vez que diz respeito ao próprio Secretário.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 1o. Secretário a assumir a Presidência.

O SR. 1o. SECRETÁRIO ASSUME A PRESIDÊNCIA.

O Sr. João Camargo — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. JOÃO CAMARGO — (Da bancada) — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Preliminarmente, quero comunicar ao Plenário que faltava atribuições ao Sr. Secretário para discutir o assunto, porque está falando sobre atribuições de cada um, dentro do Regimento, e suas atribuições são muito restritas, desde que está em exercício o primeiro Secretário.

Diz o Sr. Deputado Wilson Amanajás que entrou em exercício quando o 1o. Secretário não estava presente, o que não tem fundamento, pois que o Sr. 1o. Secretário está ali sentado.

Portanto, o assunto deve ser tratado internamente, não no Plenário.

Sobre a Portaria vou dizer o seguinte e vai servir ao Deputado Laércio Barbalho: já existia uma portaria baixada pelo Sr. 1o. Secretário. Deputado Benedito Carvalho, no sentido de não sair da Secretaria nenhuma informação que não fôsse vista pelo Sr. 1o. Secretário. Isso com referência à Secretaria, de um modo geral.

A minha portaria não atinge nenhum dos Srs. Deputados e refere-se ao seguinte: aconteceu que um Deputado, pedindo os Anais da Casa, publicou num jornal uma parte referente ao trecho de uma sessão que estava suspensa, a fim de retornar a ordem ao Plenário. Ora, se a sessão estava encerrada, como é que a Taquigrafia ia registrar o debate?

Naturalmente que a Presidência se viu forçada a fiscalizar a Taquigrafia, o que, aliás, lhe compete.

Eis a razão por que já existe a portaria com relação a qualquer pedido feito nesta Casa, e baixada pelo Sr. 1o. Secretário, Deputado Benedito Carvalho.

A segunda portaria é a seguinte: é que esta Presidência se viu obrigada a mandar retificar no jornal um discurso.

O Sr. Laércio Barbalho — Quem publicou no jornal fui eu e se saiu publicada a parte referente à interrupção da sessão foi por engano da Taquigrafia.

O SR. JOÃO CAMARGO — Pois é isso que estou dizendo.

O Sr. Laércio Barbalho — Mas é um direito que me assiste ter o meu discurso.

O SR. JOÃO CAMARGO — Não estou negando. O que a Presidência quer fazer é passar uma vista, para não acontecer o que está acontecendo: a Taquigrafia registra um debate já com a sessão encerrada. E eu, naturalmente, passo as vistas e se tiver em condições, mando fornecer uma cópia, o que é de responsabilidade do Presidente desta Casa, que não a pode deixar sair sem ter conhecimento, principalmente na parte de Taquigrafia, porque a mim se deve o Serviço que se está fazendo, atualmente, nesta Casa.

Meu intuito é apenas o de observar o Serviço de Taquigrafia. A medida não se estende aos Srs. Deputados.

O Sr. Stélio Maroja — A portaria estabelece limites aos Srs. Deputados?

O SR. JOÃO CAMARGO — Em nada. O parlamentar pode pedir o seu discurso, pode até copiá-lo. Apenas a Mesa quer passar uma vista sobre esses discursos. A ação da Presidência, assim sendo, irá recair sobre o Serviço de Taquigrafia. Apenas o discurso não será fornecido sem o visto da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Deputado João Camargo dispõe de apenas um minuto.

O Sr. Paulo César — Todos sabemos os bons propósitos que levaram o Sr. Deputado João Camargo a baixar a Portaria em foco, pois estamos certos de que S. Excia., ao exarar-lo, visou evitar que alguns fatos já ocorridos nesta Casa pudessem repetir-se. Por outro lado, creio que estamos a discutir uma Portaria que desconhecemos. Apenas o nobre Presidente declarou que o seu principal intuito é que não saiam discursos, pronunciados nesta Casa, ainda não revisados.

O SR. JOÃO CAMARGO — Pretendo fazer a revisão daquilo que o Serviço de Taquigrafia entrega aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Nobre Deputado João Camargo, está encerrado o tempo de que V. Excia. dispõe, segundo o Regimento.

— O SR. DEPUTADO JOÃO CAMARGO REASSUME A PRESIDÊNCIA.

O Sr. Wilson Amanajás — Sr. Presidente, desejo dis-

cutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. não pode falar duas vezes sobre o mesmo assunto.

O Sr. Wilson Amanajás — Sr. Presidente, sou o autor da proposição.

O SR. PRESIDENTE — Não, nobre Deputado. Apenas uma vez. Qual o artigo, então, do Regimento, em que V. Excia. se baseia?

O Sr. Wilson Amanajás — Nobre Presidente, V. Excia. tem de proporcionar-me uma oportunidade. Ou como Deputado, ou como 1.º Secretário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Pedi apenas para V. Excia. citar o artigo do Regimento.

O Sr. Wilson Amanajás — V. Excia. coloca ou não coloca em discussão a questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão.

V. Excia. tem a palavra.

O SR. WILSON AMANAJÁS — Agradeço a bondade de V. Excia., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Quis apenas demonstrar que sou democrata, nobre Deputado.

O SR. WILSON AMANAJÁS — A restrição imposta pela nobre Presidência atingiu-me, não só como Deputado, mas também como 1.º Secretário. Quero participar à Casa que pedi ao Sr. Diretor da Secretaria que me fornecesse uma cópia da Portaria em apreço e aquele funcionário se negou a fazê-lo, alegando que tinha uma ordem expressa da Presidência. Somente entregaria o documento se eu fizesse um requerimento por escrito.

Nessas condições, o direito dos Srs. Deputados está sendo cerceado, como já foi o do Sr. Deputado Laércio Barbalho.

O SR. PRESIDENTE — Não proibi a entrega de nenhum documento. A minha Portaria apenas se refere ao Serviço de Taquigrafia.

O Sr. Stélio Maroja — Sr. Presidente, tenho um requerimento a fazer. Solicitaria a leitura da Portaria objeto da presente discussão.

O SR. PRESIDENTE — Consulto o Plenário se podemos continuar a discutir a questão de ordem. (Pausa) Vv. Excias. que aprovam a continuação da discussão da questão de ordem, queiram permanecer sentados. Aprovada.

O Sr. 1.º Secretário, atendendo ao que foi pedido pelo Sr. Deputado Stélio Maroja, vai proceder a leitura das Portarias.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê):

Portaria n. 22

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

Determinar ao Chefe da Seção de Taquigrafia que somente forneça cópia autêntica das discussões travadas em Plenário, com ordem do Presidente desta Assembleia Legislativa.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa, em 25 de julho de 1956.

(a) JOÃO CAMARGO — Presidente.

Portaria n. 13

O 1.º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Determinar ao Sr. Diretor da Secretaria que não mais forneça certidões de tempo de serviço, nem tampouco de qualquer outro documento atinente a esta Assembleia Legislativa, sem o prévio requerimento do próprio funcionário ou de pessoa interessada, o qual deverá, antes de ser presente a esta Casa, digo, a esta 1.ª Secretaria, para efeito de despacho.

Sala da 1.ª Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado, em 26 de abril de 1956.

(a) BENEDITO CARVALHO, 1.º Secretário.

O SR. PRESIDENTE — São essas as duas portarias. A minha é dirigida exclusivamente ao Chefe de Taquigrafia.

Não havendo mais quem queira se manifestar sobre esta questão, encerro a discussão.

O SR. FERNANDO MAGALHAES — (Pela ordem) — Sr. Presidente. Ainda não foi resolvido nada.

O SR. PRESIDENTE — Foram lidas as portarias, e ninguém quis discuti-las.

O Sr. Stélio Maroja — V. Excia. deve submeter a votação a matéria.

O SR. PRESIDENTE — Por que?

O Sr. Stélio Maroja — Porque os Deputados estão tolhidos.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. não ouviu a leitura da portaria?

O Sr. Stélio Maroja — Sr. Presidente. A questão de ordem, levantada pelo nobre Deputado Wilson Amanajás, é no sentido, de que os Deputados não sejam tolhidos.

O SR. NEWTON MIRANDA — (Pela ordem) — Sr. Presidente. V. Excia. já encerrou a discussão.

O SR. PRESIDENTE — Não tenho culpa de Vv. Excias. quererem votar em plenário uma questão interna.

O SR. FERNANDO MAGALHAES — (Pela ordem) — Sr. Presidente. Isto é questão interna. A portaria está em vigor e nós não podemos pedir os nossos discursos à Taquigrafia.

O SR. PRESIDENTE — Podem pedir sim. V. Excias. recebem o discurso sem antes passar pelas minhas mãos, para revisioná-los. Eu nem me apercebo disso. Mais tarde, isto é, depois da revisão, o Presidente quer ver se os discursos são fornecidos corretamente pelos Srs. Taquígrafos aos Srs. Deputados.

O SR. FERNANDO MAGALHAES — Mas, Sr. Presidente, a portaria está bem clara.

Eu, por exemplo, acabei de fazer um discurso, mas que foi escrito. Entretanto, vamos que fôsse de improviso e eu tivesse interesse na sua publicação. V. Excia. iria embora no fim da sessão, e eu iria à Taquigrafia pedir o discurso. Eu não o teria, porque a portaria proíbe aos taquígrafos a entrega dos mesmos.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia., depois de fazer o discurso, recebe-o para ler, leva para sua casa, emenda-o, faz o que quer. Nada tenho a ver com isso. O que eu quero revisar é o trabalho da taquigrafia e não o de V. Excia.

O SR. FERNANDO MAGALHAES — Sr. Presidente. Quem tem interesse na revisão de seu discurso é o próprio Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Mas eu tenho também o direito de revisar o trabalho do Serviço de Taquigrafia.

O SR. FERNANDO MAGALHAES — Acho que V. Excia. está indo muito longe, pois está impedindo ao Deputado o direito de pedir o seu discurso ao Serviço de Taquigrafia.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. pede o discurso ao taquígrafo e este, antes de entregá-lo, me apresenta para eu fazer uma revisão, isto é, para ver se está exato com o que se passou no Plenário.

O SR. FERNANDO MAGALHAES — Mas, Sr. Presidente, V. Excia. não pode revisar discussões. Quem tem esse direito é o Deputado que discute.

O SR. PRESIDENTE — O que eu quero é somente ver se os taquígrafos colocaram tudo certo, depois da sessão encerrada.

O Sr. Newton Miranda — Sr. Presidente. Peço a palavra para tratar sobre a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. NEWTON MIRANDA — Sr. Presidente. Srs. Deputados. No meu entender o nobre colega João Camargo,

no exercício da Presidência desta Casa, quando desceu ao Plenário, não explicou suficientemente aos Srs. Deputados os objetivos da providência que tomou.

Quer-me parecer que o que deseja S. Excia., no exercício da Presidência, é que esta Casa não se exponha ao ridículo lá fora. Quer evitar que fatos aqui passados e que, na verdade, desabonam a tradição deste Poder Legislativo sejam divulgados pela imprensa ou dados a conhecer externamente.

Por exemplo: no exagério de uma discussão, muitas vezes alguns Deputados empregam termos antiparlamentares, usam expressões injuriosas, vão mesmo até quase às vias de fato, e, nessa ocasião, a Presidência determina a suspensão da sessão, pelo que estará implicitamente suspenso o Serviço Taquigráfico. Ocorreu, entretanto, que quando a Presidência tomou essa deliberação, foi porque numa das sessões anteriores foram publicadas, num discurso proferido nesta Casa, palavras que a taquigrafia anotou quando a sessão já estava suspensa. E é justamente para evitar que essas sessões proferidas aqui dentro, quando a sessão esteja suspensa, sejam publicadas ou divulgadas, que S. Excia. baixou a portaria.

Mas está claro que ela não pode, de maneira alguma, se estender aos Srs. Deputados. Isto seria e mesmo que um encosseamento de nossas liberdades.

O Sr. Wilson Amanajás — V. Excia. me permite um aparte?

O SR. NEWTON MIRANDA — Pois não.

O SR. WILSON AMANAJÁS — Quero declarar a V. Excia. que solicitei do Diretor da Secretaria a cópia da Portaria do Sr. Presidente, que cerceava a liberdade dos Srs. Deputados, e ele me respondeu que não poderia mostrar-me, a não ser que eu me dirigisse por escrito ao Sr. Presidente.

O SR. NEWTON MIRANDA — Explicarei a V. Excia. o seguinte: V. Excia., nesta Casa, tem tido sempre ampla liberdade, prova da amizade pessoal do Sr. Presidente, e não estava impedido de dirigir-se pessoalmente à Presidência, amigavelmente, para pedir as explicações que desejasse. Estou certo que elas seriam dadas a V. Excia.

Srs. Deputados. Nestes termos é que entendo a portaria do Sr. Presidente e a questão de ordem levantada neste Plenário. Acho que é apenas um caso de interpretação e a Presidência poderá, através de uma outra portaria, esclarecer que essa proibição não se estende, naturalmente, aos Srs. Deputados.

O Sr. Stélio Maroja — Muito bem.

O Sr. Wilson Amanajás — Muito bem.

O SR. PRESIDENTE — Mas se eu fizer uma coisa dessas, não estarei recuando, porque eu não quero fiscalizar os Srs. Deputados e sim o Serviço de Taquigrafia da Casa. Eu só deixei a portaria quando verifiquei que estavam publicadas na imprensa declarações feitas depois de estar suspensa a sessão.

O SR. ATAHUALPA FERNANDEZ — (Pela Ordem) — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Desejaria, no momento em que se discute esta questão de ordem, que uma providência fosse tomada pela Presidência contra a requisição a "larga maná" dos discursos proferidos neste Plenário. Muitas vezes, acontece de um Deputado solicitar da Taquigrafia o seu discurso, e de permeio a esse discurso, de quando em vez, há apartes. Eu solicitaria, então da Presidência desta Casa que, quando isso acontecesse, tanto o Sr. Deputado autor do discurso tivesse o direito de revisá-lo, como, também, os apartes tivessem esse mesmo direito, e que não pudesse ser fornecido nenhum discurso por parte da taquigrafia sem que os apartes houvessem sido revisados pelos autores.

Levanto esta questão de ordem, porque, há pouco tempo, quando o nobre Deputado Stélio Maroja pronunciou um discurso nesta Casa, tive a oportunidade de apartá-lo. Verifiquei, entretanto, que os meus apartes foram deturpados

pela taquigrafia. Eu não pronunciei nessa ocasião: "ética profissional", entretanto, a taquigrafia assim anotou. Eu havia declarado que era por uma questão de deontologia. Fui obrigado, assim, a escrever várias cartas a respeito do assunto, até mesmo definindo o que era deontologia, o que não era necessário, fazê-lo nesta Casa, pois que se trata de uma definição corriqueira.

Por essas razões é que aproveito a oportunidade para solicitar à Presidência esta providência, porque acho que é uma das mais necessárias e justas.

Pessoalmente adiantar que nesse meu aparte houve, ou da parte da taquigrafia, ou mesmo da minha parte, um erro de concordância, erro de palmatória, o qual eu posso ter cometido, repito, mas que também poderá ter sido o taquígrafo. Por isso eu não tenho por que me penitenciar por um erro dessa natureza, de vez que poderia, na revisão, caso me tivesse sido dado esse direito, evitar as críticas que se pudessem fazer em torno do mesmo.

O Sr. Stélio Maroja — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. STÉLIO MAROJA — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Penso que o nobre colega Newton Miranda apresentou uma solução que satisfaz plenamente a esta Casa. E' a de que V. Excia. recomende, ou através de uma portaria ou qualquer outro ato, e que isso seja trazido ao conhecimento deste Plenário, que os Srs. Deputados não estão, absolutamente, sujeitos às limitações estabelecidas na Portaria que é objeto desta discussão.

Sr. Presidente. Quero dizer, a V. Excia. que nossa atitude não vai em desapreço à direção dos trabalhos. Dou meu aplauso à maneira como V. Excia. se vem conduzindo na Presidência desta Assembléia, pois que, embora encontrando por vezes dificuldades, manda a justiça que se proclame que elas não são criadas por V. Excia. e sim pelo acaloramento dos debates. V. Excia. não deve, absolutamente, tomar a atitude desta Assembléia como oposição à maneira pela qual vem dirigindo nossos trabalhos. Há aqui nesta Casa apenas uma defesa das prerrogativas dos Srs. Deputados, numa atitude semelhante à que foi tomada por este Plenário contra uma restrição que a Comissão Parlamentar de Inquérito relativa à irregularidades ocorridas no D.E.R. havia estabelecido sobre a participação de Deputados nos seus trabalhos, mesmo quando estes fossem secretos.

De modo que, Sr. Presidente, dou meu inteiro apoio à feliz lembrança do nobre Deputado Newton Miranda, que, tenho certeza, satisfaz a esta Casa, inclusive aos Deputados que levantarem a questão que está sendo debatida.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência explica a V. Excias. que podem pedir a taquigrafia os seus discursos, mas antes eu devo passar uma vista.

O Sr. Stélio Maroja — V. Excia. não está controlando demais os trabalhos? V. Excia. não pode, absolutamente, se multiplicar.

O SR. PRESIDENTE — Não posso permitir é que a Taquigrafia entregue a V. Excias. discursos com palavras que se pronunciaram quando a sessão esteja suspensa, coisas que acontecem quando há distúrbios no Plenário.

O Sr. Stélio Maroja — V. Excia. pode exercer sua autoridade policiando os taquígrafos quando redigirem coisas que não se passaram em Plenário.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. quer me proibir de fiscalizar o que se passa nas sessões desta Casa? Quer que eu fique de braços cruzados? Esta Presidência olha este assunto com tanto carinho, que, se não fosse ela, não estariam sendo publicados os Anais da Casa no DIÁRIO OFICIAL. Eu estou fiscalizando a Taquigrafia. Do contrário, eu ficaria sem ação sobre o Serviço de Taquigrafia.

Estou pronto a atender o apelo de V. Excias., mas ponho dero que a portaria que V. Excias. querem que eu baixe não

vai atingir o que eu pretendo. Como é que a Taquigrafia fornece cópias de discursos com apêndices travados quando a sessão já estava suspensa? V. Excia. não acham que isso é uma coisa gravíssima?

O Sr. Stélio Maroja — É um erro da Taquigrafia.

O SR. PRESIDENTE — Eu posso atender aos Srs. Deputados, mas, repito, fico sem ação sobre o Serviço de Taquigrafia. Depois V. Excias. não poderão se queixar de mim quando acontecer fatos idênticos ao que aconteceu, sem tampouco posso eu aceitar reclamações dos Srs. Deputados sobre o Serviço de Taquigrafia.

Já até fui obrigado a mandar buscar um funcionário da Valorização, devido à reclamação dos Srs. Deputados sobre o Serviço de Taquigrafia. Mas, se V. Excias. entendem o assunto assim, eu vou revogar a portaria.

O Sr. Reis Ferreira — Pego a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. REIS FERREIRA — Sr. Presidente: Srs. Deputados. Ouvi atentamente a explicação que S. Excia., o Sr. Presidente eventual desta Assembléia, Deputado João Camargo, acabou de nos fazer. S. Excia. pretendeu imprimir um cunho de moralização ao Serviço de Taquigrafia, segundo deixou transparecer.

Todavia, S. Excia. há-de me permitir não concordar com os precisos termos da portaria em referência, uma vez que a mesma não traduz o pensamento que S. Excia. acabou de expender neste Plenário. A prevalecer os termos claros e precisos da portaria, classificada pelo nobre Deputado Laércio Barbalho como famigerada, ficaria, S. Excia. o Sr. Presidente desta Assembléia — não me dirijo diretamente à pessoa do nobre Deputado João Camargo, a quem me ligam laços de amizade — cerceando a liberdade dos Srs. Deputados.

A Presidência desta Casa S. Excia. ou qualquer outro Deputado há-de exercê-la em caráter imparcial. Se S. Excia. tem um justo equilíbrio, deve dosar as decisões, tornando-as mais fortes ou mais brandas, conforme as circunstâncias. S. Excia. não deve querer que os Srs. Deputados, quando desejem receber os seus discursos do Serviço de Taquigrafia, vão à beija-mão da Presidência para conseguí-lo.

Nessas condições, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é preciso que fique, nesta oportunidade, bem definida a questão. Não pode prevalecer esta portaria, embora sob os melhores auspícios e propósitos tenha sido baixada, porque ela tem um conteúdo com o qual não podemos, absolutamente, concordar. É preciso que não haja qualquer limitação aos Srs. Deputados, a quando do exercício pleno de seus mandatos.

Na ocasião em que se tornar preciso, eu posso chegar à Taquigrafia e solicitar a cópia de um meu discurso, sem que tenha necessidade de procurar o Presidente para obtê-lo, porque poderia acontecer o caso de o Presidente, por um ato de força, determinar ao Chefe da Taquigrafia que não me conceda. Então, a quem devo recorrer? Deverei impetrar mandado de segurança? Já estou cansado de requerer mandados de segurança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Não. Só não seria fornecida a cópia ao Sr. Deputado se eu não passasse a vista. Eu quero antes fazer uma revisão para saber como está o trabalho da Taquigrafia.

O SR. REIS FERREIRA — Mas V. Excia. não pode traduzir meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE — Mas que quero apenas fazer revisão do Serviço da Taquigrafia e não do de V. Excias.

O SR. REIS FERREIRA — Mas isso é que eu acho que não está certo.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência já explicou por diversas vezes que essa portaria tinha por finalidade fiscalizar o Serviço de Taquigrafia desta Casa. V. Excias. não querem isso. Eu vou fazer o seguinte: atendendo aos Srs. Deputados, vou revogar a portaria.

O SR. REIS FERREIRA — V. Excia. não compreendeu bem a minha observação nem as dos Srs. Deputados Laércio Barbalho, Wilson Amanajás, Stélio Maroja e de outros colegas. Não se trata de uma atitude inamistosa contra V. Excia. O que queremos é que V. Excia. exerça esse policiamento com referência ao Serviço de Taquigrafia, mas todas as vezes que um Deputado requisite a cópia de um seu discurso ele não precise ir à beija-mão da Presidência para corré-lo.

O SR. PRESIDENTE — Está revogada a portaria. Não me venham depois fazer queixa contra o Serviço de Taquigrafia, como sempre acontece.

Está a palavra à disposição dos Srs. Deputados para a apresentação de projetos-de-lei ou de resolução. (Pausa) Não havendo quem se manifeste, vamos passar à discussão e votação da matéria que se acha sobre a Mesa.

Requerimento de urgência, de autoria do Sr. Deputado Armando Carneiro, para o Processo n. 233.

O SR. FERNANDO MAGALHÃES — (Pela ordem) — Sr. Presidente. Gostaria que, apenas para votar melhor, o nobre autor do requerimento explicasse verbalmente, já que não o fez por escrito, como manda o Regimento, os motivos por que requer urgência e preferência para esse processo.

O Sr. Armando Carneiro. — Pego a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Por uma deferência toda especial ao Sr. Deputado Fernando Magalhães...

O Sr. Fernando Magalhães — Agradeço a deferência de V. Excia., mas pedi esse esclarecimento a V. Excia. porque há uma emenda ao Regimento que obriga o Deputado que apresenta um requerimento de urgência a fazê-lo acompanhado de uma ligeira exposição das razões do mesmo. Aliás, trata-se de uma emenda de autoria do Sr. Deputado Newton Miranda.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Essa emenda foi aprovada há cerca de dois ou três meses.

Mas, repito, por uma deferência especial a V. Excia., que esses processos para os quais eu requeri urgência e preferência estão ligados diretamente à administração do Estado. A Comissão de Constituição e Justiça, talvez por falta de seus membros, não se tem reunido e os processos estão quase todos engavetados.

Achei então que o Processo n. 233, por exemplo, devia ser logo estudado, e inclusive faço um apêlo ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça para que devolva o mesmo, baseado no art. 79 do Regimento, que dá o prazo de cinco dias para os processos receberem parecer, quando se encontram nas condições em que está o presente.

Esta era a explicação que tinha a dar ao Plenário.

O Sr. Fernando Magalhães — Pego a palavra, Sr. Presidente, para apresentar um aditivo ao requerimento do nobre Deputado Armando Carneiro.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. FERNANDO MAGALHÃES — Sr. Presidente, requero urgência e preferência para os seguintes projetos:

- a) Instituinto viagens culturais aos parlamentares.
- b) Concedendo pensão à viúva do ex-Governador Dr. José Carneiro da Gama Malcher.

O Sr. Stélio Maroja — Pego a palavra, Sr. Presidente, para apresentar um aditivo ao requerimento do Sr. Deputado Armando Carneiro.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. STÉLIO MAROJA — Sr. Presidente: Requeiro que, na forma regimental, e de acôrdo com decisão anterior desta Assembléia, não cumprida, se conceda urgência e preferência para os projetos-de-lei, oriundos do Executivo, que instituem auxílios ao Paissandú Esporte Clube, para a construção de uma piscina, e à União dos Escoteiros do Mar, para a compra de uma embarcação.

O Sr. Avelino Martins — Pego a palavra, Sr. Presidente.

dente, para apresentar um aditivo ao requerimento do Sr. Deputado Armando Carneiro.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. AVELINO MARTINS — Sr. Presidente. Requerio medidas de urgência e preferência ao projeto-de-lei de minha autoria, que autoriza a abrir crédito especial de Cr\$ 5.000,00, no ano em curso, para a União dos Lavradoures e Trabalhadores do Estado do Pará. (U. L. T. A. P.)

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento Armando Carneiro. (Pausa) Como ninguém mais deseja se manifestar, encerro a discussão. Em votação, ressalvadas as emendas. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado. (Lê):

"Requerimento n. 178, de autoria do Sr. Deputado Waldemir Santana, no sentido de ser solicitada ao Sr. Governador do Estado a criação de uma escola supletiva e de um posto médico em Bonito, município de Guamá".

Em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado. (Lê):

"Requerimento n. 179, de autoria do Sr. Deputado Waldemir Santana, para que seja solicitada ao Sr. Governador do Estado a criação de uma escola no lugar Itaporanga, no baixo Bujaru, e outra em Genipaua, no alto Bujaru".

Em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado. (Lê):

"Requerimento n. 180, de autoria do Sr. Deputado Elias Pinto, no sentido de ser transmitido o veemente apelo deste Legislativo ao Senador Alvaro Adolfo, a fim de ser incluída, no Orçamento da União para o próximo exercício, a verba de Cr\$ 300.000,00, destinada à ampliação do prédio onde funciona a Escola Técnica de Comércio do Baixo Amazonas, na cidade de Santarém, neste Estado".

Em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado. (Lê):

"Requerimento n. 181, de autoria do Sr. Deputados Elias Pinto, solicitando seja enviado sincero apelo ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal do Pará, para que estude a possibilidade da criação de uma agência daquele estabelecimento na cidade de Marabá".

Em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado. (Lê):

"Requerimento n. 182, de autoria do Sr. Deputado Elias Pinto, transmitindo o veemente apelo deste Legislativo ao Senador Alvaro Adolfo, a fim de ser incluída, no Orçamento da União para 1957, a verba de um milhão de cruzeiros, para conclusão da instalação do Internato de Iniciação Agrícola, na localidade denominada "Maloquinha", no município de Itaituba".

Em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado. (Lê):

"Requerimento n. 183, de autoria do Sr. Deputado Elias Pinto, solicitando seja transmitido veemente apelo ao Sr. Diretor Geral dos SNAPP, no sentido de ser restabelecida a viagem mensal de um de seus navios ao rio Tapajós, até à vila São Luiz, no município de Itaituba, oficiando-se, ainda, ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o seu empenho junto àquela autarquia para o ponto atendimento do justo apelo ora formulado".

Em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta,

encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado. (Lê):

"Requerimento n. 184, de autoria do Sr. Deputado Elias Pinto, a fim de ser solicitado ao Sr. Governador do Estado que determine ao Sr. Delegado de Trânsito fixar um horário para os trabalhos de carregamento e descarregamento de caminhões nos estabelecimentos comerciais localizados no centro comercial da cidade".

Em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado. (Lê):

"Requerimento n. 185, de autoria do Sr. Deputado Elias Pinto, solicitando seja enviado caloroso apelo ao Sr. Ministro do Trabalho, no sentido de ser criada e instalada uma agência do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos na sede do município de Bragança".

Em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado. (Lê):

"Requerimento n. 186, de autoria do Sr. Deputado Elias Pinto, para que seja telegrafado ao Sr. Ministro da Marinha, apelando no sentido do Departamento de Portos e Costa prorrogar, neste Estado, por mais 4 anos, a partir de 1957, a suspensão dos exames para Arrais, Conferente de Carga, 2.º Condutor-Motorista, 2.º Condutor-Maquinista, bem como suspender, pelo mesmo prazo, as matrículas das categorias iniciais".

Em discussão.

O Sr. Wilson Amanajas — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. WILSON AMANAJAS — (Da bancada) — Sr. Presidente. Nobres Deputados. Sinceramente, lamento não poder estar de acordo com o pensamento do nobre Deputado Elias Pinto e notar a ausência do mesmo Sr. Deputado, no Plenário, para poder, frente a frente, debater a questão suscitada por S. Excia., no presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Nobre Deputado. Falta apenas um minuto para esgotar a 1.ª parte da Ordem do Dia.

O SR. WILSON AMANAJAS — Sr. Presidente. Dado o implicado da matéria, um minuto não é suficiente para continuarmos a examinar a mesma, que é por demais longa e diz muito de perto ao interesse da região amazônica, notadamente da região tocantina, que tenho a honra de representar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a 1.ª parte, ficando a discussão da matéria transferida para amanhã.

O SR. WILSON AMANAJAS — Agradeço a V. Excia.

O SR. PRESIDENTE — Esgotada a 1.ª parte, passemos à

2.ª parte da Ordem do Dia

Em 1.ª discussão e votação o Processo n. 280, que contém o projeto-de-lei de autoria do Sr. Deputado Gurgão Sampaio, doando um imóvel de propriedade do Estado à Federação das Sociedades Benéficas do Estado do Pará.

O presente processo não contém parcela. Vai ser lido o processo.

O SR. 1.º SECRETARIO — (Lê):

Projeto-de-lei

Doa a Federação das Sociedades Benéficas do Estado do Pará um imóvel de propriedade do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica doado à Federação das Sociedades Benéficas do Estado do Pará, para instalação de sua sede e respectivos serviços, o imóvel de pro-

priedade do Estado, sito à Rua Aristides Lobo ns. 91 e 93.

Art. 2.º É vedado à entidade beneficiada transferir a terceiros a propriedade do imóvel ora doado e, bem assim, empregá-lo em finalidades outras que não sejam as relativas à assistência social.

Art. 3.º — Na hipótese de dissolução da Federação o imóvel reverterá ao patrimônio estadual.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, em 23 de junho de 1956.

(a) JOSÉ GURJÃO SAMPAIO.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. (Pausa) Como ninguém discute, votos. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. Aprovado.

Em 1.ª discussão e votação o Processo n. 346, que contém o projeto de lei oriundo do Executivo, dispondo sobre o Montepio dos Funcionários Públicos do Estado. Vai ser lido o parecer.

O SR. 1.º SECRETARIO — (Lê):

Parecer

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, propõe várias modificações à atual legislação relativa à organização e funcionamento do Montepio dos Funcionários Públicos do Estado do Pará.

A proposição governamental se nos afigura vinculada aos eltvados propósitos que inspiraram a Lei n. 755, de 31/12/1953, sob cujo regime se iniciou a recuperação do antigo órgão previdenciário do Estado.

É inegável que, sob o império daquele diploma legal, o Montepio Estadual entrou em fase de franca consolidação de sua vida financeira, passando do regime crônico de déficits para o de apreciáveis saldos, o que tem proporcionado, fato excepcional na vida pública brasileira, apreciáveis ampliação do regime de benefícios assegurados aos contribuintes.

O projeto de lei governamental em apreciação sugere várias modificações à legislação vigente, baseados nos resultados da frutuosa experiência encefada. Dessas modificações, a mais importante é a que institui a obrigatoriedade da inscrição e contribuição para todos os servidores, inclusive os extranumerários. Consideramos justa e salutar essa extensão, que revigorará e consolidará definitivamente o sistema previdenciário do Estado.

Em conclusão, somos de parecer que a aprovação do presente projeto de lei representará justa homenagem aos êxitos já assinalados da nova administração do Montepio Estadual.

Sala das Sessões da Comissão de Finanças, em 27 de março de 1956.

(aa) STÉLIO MAROJA, Relator; BENEDITO CARVALHO, MOURA CARVALHO e DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO. Aprovado em 27/3/56.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. (Pausa) Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado.

Em 3.ª discussão o Processo n. 138.

O SR. 1.º SECRETARIO — (Lê):

Projeto de lei

Dá nova denominação ao município de Arariuna, deste Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O município de Arariuna, deste Estado, passará a denominar-se município de Cachoeira do Arari.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2 de maio de 1956.

(aa) JOÃO VIANNA, MAX PARIJÓS, FÉLIX MELO, WALDEMIR SANTANA, ACINDINO CAMPOS, ANTÔNIO VILHENA, PEDRO BOULHOSA, SANTINO CORRÊA, AMÉRICO SILVA, FERNANDO MAGALHÃES, RAYMUNDO CHAVES, ARMANDO CARNEIRO, SILAS PASTANA, ATAHUALPA FERNANDEZ, ELIAS PINTO, JORGE RAMOS, STÉLIO MAROJA, ABEL FIGUEIREDO, AVELINO MARTINS, GERALDO PALMEIRA, WILSON AMANAJÁS, DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO, MOURA PALHA, NEWTON MIRANDA e LAÉRCIO BARBALHO.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão.

O Sr. Victor Paz — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. VICTOR PAZ — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Pedi a palavra para apresentar uma emenda substitutiva ao projeto João Vianna, dando nova denominação aos municípios de João Coelho e Arariuna. (Lê):

Emenda Substitutiva

Dá nova denominação aos municípios de Arariuna e João Coelho, deste Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O município de Arariuna, deste Estado, passará a chamar-se "Cachoeira do Arari".

Art. 2.º O município de João Coelho, deste Estado, passará a denominar-se município de Santa Isabel do Pará.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado, em 2 de agosto de 1956.

(aa) VICTOR PAZ e ATAHUALPA FERNANDEZ.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Para apresentar esta emenda, queiro trazer à Casa um esclarecimento, a fim de que possamos decidir seguramente a respeito do meu substitutivo.

Já existe nesta Assembleia um pedido da Câmara Municipal de João Coelho, para que seja mudado o nome atual para Santa Izabel, pedido que, aliás, é assinado pelos representantes de todas as facções políticas.

A justificação do meu requerimento é a seguinte: (Lê) NÃO FOI ENTREGUE AO SERVIÇO DE TAQUIGRAFIA.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O Sr. Newton Miranda — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. NEWTON MIRANDA — Sr. Presidente e Srs.

Deputados. Acabá de ser apresentada a esta Casa, pelo representante progressista Victor Paz, uma emenda aditiva ao projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Vianna, dando nova denominação ao município de Arariuna. Quem-me parece, porém, Sr. Presidente, que essa emenda aditiva deveria trazer a assinatura de dois terços desta Casa, a fim de que pudesse ser aceita.

Em todo caso, como o assunto deve merecer a maior consideração e estudo desta Assembleia, sugiro a V. Excia. que, fazendo cumprir o art. 109 do Regimento Interno remeta o projeto e a emenda às Comissões competentes, pelo menos à de Justiça, de vez que se trata de uma emenda de vulto.

O Sr. Wilson Amanajás — Ainda pretendo discutir a matéria. Posso usar da palavra, Sr. Presidente?

O Sr. Newton Miranda — Levantei uma preliminar. Sr. Presidente.

O Sr. Wilson Amanajás — Desejo apresentar uma emenda, Sr. Presidente.

O Sr. Fernando Magalhães — Sr. Presidente. O Deputado Wilson Amanajás tem justamente uma emenda a ser apresentada ao projeto original. V. Excia. deverá conceder a palavra ao representante udenista, para que, apresentada a sua emenda, possa ela ser incorporada ao projeto e, posteriormente, se aceita a preliminar Newton Miranda, possa, por outro lado, a Comissão de Justiça apreciar devidamente a matéria. Se a preliminar for aprovada imediatamente, será suspensa a discussão do projeto-de-lei, o qual será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ABEL FIGUEIREDO — (Pela ordem) — V. Excia. Sr. Presidente, "data venia", está laborando em equívoco. A emenda não é aditiva e sim substitutiva.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa resolve conceder a palavra ao Sr. Deputado Wilson Amanajás.

O SR. WILSON AMANAJÁS — Muito obrigado.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Vou ocupar o tempo precioso de Vs. Excias., com um assunto tipicamente regionalista. Pode ele, entretanto, ser resumido com as palavras do Sr. Deputado Victor Paz, quando diz que as populações do interior, ao fazerem as suas reivindicações, só são concedidas as coisas mínimas, e às vezes embaraçadas pela incompreensão daqueles que acham que o mínimo deve ser negado.

Já apresentei a esta Casa um modesto projeto-de-lei, dando nova denominação aos municípios de Abaetetuba e Anhangá, com que esses dois municípios, um da zona tocantina e outro da zona bragantina, voltassem a ter denominação, respectivamente, de Abaeté e São Francisco do Pará.

Este projeto já foi relatado; entretanto, sofreu uma preliminar no sentido de ser ouvida a Câmara do Município respectivo.

Nestas condições, achando-se o presente projeto já em condições de ser votado, tendo o pronunciamento da Casa do Povo do Município de que trata o mesmo, eu solicitaria a V. Excia., Sr. Presidente, que o meu projeto fosse tomado como emenda aditiva e votado conjuntamente com o substitutivo do nobre Deputado Victor Paz. É a proposição que apresento a V. Excia.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O Sr. Atahualpa Fernandez — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. ATAHUALPA FERNANDEZ — Sr. Presidente. Nobres Deputados. O processo que muda a denominação do Município de Arariúna para Cachoeira do Arari teve curso normal nesta Casa e está perfeitamente enquadrado dentro de todas as exigências legais. A emenda substitutiva do nobre Deputado Victor Paz modifica completamente o projeto em questão. Essa emenda, por direito, deveria trazer a assinatura de 2/3 dos membros desta Casa, à fim de que se enquadrasse legalmente e pudesse ser discutida e votada, como aconteceu com o projeto do Sr. Deputado João Viana. Além disso, a emenda sugerida pelo nobre Deputado Wilson Amanajás também não está enquadrada nas normas da Lei Orgânica dos Municípios.

Por isso, Sr. Presidente, não vejo razão para procrastinar o processo, que correu normalmente e que está perfeitamente aprovado pela Comissão competente, de autoria do Sr. Deputado João Vianna, razão por que sugiro a esta Casa que o aprecie e aprove imediatamente. Apelo também para que os nobres Deputados Victor Paz e Wilson Amanajás, em tempo oportuno, apresentem novos projetos para serem votados regularmente, cumprindo todas as determinações e exigências que o do nobre Deputado João Vianna fez cumprir.

Esta, Sr. Presidente, a sugestão que eu queria apresentar à Casa.

O Sr. Wilson Amanajás — Peço a V. Excia. que examine o meu projeto, pois que está também com as exigências legais

satisfeitas.

O Sr. Newton Miranda — Mas elas devem ser cumpridas para cada caso. V. Excia. não vai querer que se aproveite um projeto que muda o nome de um município para mudar os nomes de 58 municípios do Estado. É fazer cavalo de batalha sobre um projeto só.

O SR. ATAHUALPA FERNANDEZ — O projeto do Sr. Deputado Wilson Amanajás não está assinado por 2/3 dos componentes desta Casa.

O Sr. Wilson Amanajás — Não tem importância isso.

O Sr. Newton Miranda — Pela Lei Orgânica dos Municípios não pode ser modificado o nome do município se não houver os 2/3.

O Sr. Armando Carneiro — O projeto-de-lei do nobre Deputado João Vianna está enquadrado na Lei Orgânica dos Municípios, enquanto os projetos dos Srs. Deputados Victor Paz e Wilson Amanajás são uma manobra de Plenário. Aquê le se encaixa justamente nos 2/3 dos membros da Casa.

O SR. ATAHUALPA FERNANDEZ — Agradeço os apurtes de Vs. Excias., e apelo, mesmo, a todos os componentes desta Casa para que votem imediatamente o projeto do nobre Deputado João Vianna e, quanto aos demais projetos, que os seus autores cumpram primeiramente as determinações da Lei Orgânica dos Municípios.

O Sr. Victor Paz — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. VICTOR PAZ — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Não sendo meu intuito embargar a votação neste momento do projeto de autoria do Sr. Deputado João Vianna, aceito as ponderações que o nobre Deputado Atahualpa Fernandez acaba de fazer, o qual, aliás, iria colaborar comigo na assinatura do substitutivo que acabo de apresentar.

O Sr. Armando Carneiro — A emenda substitutiva de V. Excia., se fosse à Comissão de Justiça, cairia, porque não é legal. V. Excia., está aproveitando um projeto-de-lei de autoria do Sr. Deputado João Vianna, que está legal, porque baseado no artigo da Lei Orgânica que fala nos 2/3...

O SR. VICTOR PAZ — Mas o Regimento faculta a apresentação de emendas, nobre Deputado.

O Sr. Armando Carneiro — Pois bem, estou dizendo que se ela fosse à Comissão de Justiça, cairia, porque não está assinada por 2/3 dos membros da Casa.

O SR. VICTOR PAZ — Retiro, pois, Sr. Presidente, a minha emenda para, em tempo oportuno, apresentar um projeto-de-lei que irá substituir o nome do município de João Coelho por Santa Isabel.

O SR. PRESIDENTE — Outra não poderia ser a solução sobre o caso, porque o projeto-de-lei já está em 3.ª discussão e a emenda substitutiva leva anti-refimental. Assim, V. Excia., Sr. Deputado Victor Paz, agiu acertadamente, ficando para apresentar um projeto-de-lei isolado ao invés da emenda substitutiva a este projeto.

O SR. WILSON AMANAJÁS — (Pela Ordem) — Sr. Presidente. Solicito a V. Excia. que aceite a retirada da minha emenda para que o projeto do nobre Deputado João Vianna seja aprovado sem qualquer obstáculo da minha parte.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o assunto. (Pausa) Não havendo mais quem se manifeste, em votação. Vs. Excias. que aprovam o projeto-de-lei de autoria do Sr. Deputado João Vianna, queiram ficar sentados. Aprovado. (Lê):

"1.ª discussão do projeto-de-lei constante do Processo n. 191, oriundo do Executivo, autorizando a abertura do crédito especial de Cr\$ 300.000,00, a favor das Associações Rurais do Pará."

Vai ser lido o parecer.

O SR. 1.º SECRETARIO — (Lê):

Parecer n. 60

Com o projeto-de-lei em apreço, pretende o Executivo do Estado auxiliar a Federação das Associações Rurais do Pará, empenhada em dar maior realce à Conferência Rural Brasileira que se realizará, nesta Capital, em maio de 1957.

A referida Conferência será das mais importantes já levadas a efeito nesta unidade federativa e o propósito do Governo está perfeitamente amparado pelo art. 83, alínea IV, da Carta Política do Estado, que estabelece a assistência aos trabalhadores rurais e suas respectivas organizações, motivo por que sou pela aprovação do projeto-de-lei em questão.

Sala das Sessões da Comissão de Finanças, em 30 de julho de 1956.

(aa) JOAO VIANNA — Relator, STÉLIO MAROJA, ARMANDO CARNEIRO, RAYMUNDO CHAVES e DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO. Aprovado em 30-7-56.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. (Pausa) Não havendo discussão, votos. V. Excias. que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado. (Lê):

“1.ª discussão do projeto-de-lei referente ao Processo n. 268, de autoria do Sr. Deputado Wilson Amanajás, incorporando, definitivamente, quotas-partes à percepção de funcionários.”

Este processo não tem pareceres. Foi avocado a Plenário.

O SR. MOURA PALHA — (Pela Ordem) Sr. Presidente. Requeiro que este processo vá às Comissões de Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a preliminar Moura Palha.

O Sr. Wilson Amanajás — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. WILSON AMANAJÁS — (Da bancada) — Sr. Presidente. Eu para-me pronunciar contrário a essa preliminar, porquanto este processo já voltou umas dez vezes à Comissão, sem contudo, lograr a acolhida merecida, de vez que aquela não se dignou, até hoje, a dar parecer sobre o mesmo.

O SR. PRESIDENTE — A justificativa do Sr. Deputado Wilson Amanajás sobre a preliminar é contrária.

Continua em discussão a preliminar. (Pausa) Não havendo mais discussão, em votação. V. Excias. que aprovam, queiram ficar sentados. Aprovado. (Lê):

“1.ª discussão do projeto-de-lei referente ao Processo n. 190, de autoria do Sr. Deputado Ferro Costa, estabelecendo remuneração mínima para servidores do Estado com 45 anos de serviço.”

Não há parecer neste Processo. Ele foi avocado a Plenário.

O SR. MOURA PALHA — (Pela ordem) — Sr. Presidente. Peço que volte às Comissões este processo para receber pareceres.

Sr. PRESIDENTE — Em discussão a preliminar Moura Palha. (Pausa) — Não havendo discussão, votos. V. Excias. que aprovam, queiram se conservar sentados. Aprovado. (Lê):

“1.ª discussão do projeto-de-lei referente ao Processo n. 238, de autoria do Sr. Deputado Wilson Amanajás, autorizando a concessão do auxílio de Cr\$ 100.000,00, destinado à Associação Odontológica do Pará.”

O SR. MOURA PALHA — (Pela ordem) — Sr. Presidente. Eu pediria fosse remetido à Comissão de Finanças este processo.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a preliminar Moura Palha. (Pausa) Não havendo discussão, votos. Vs. Excias. que aprovam, queiram ficar sentados. Aprovado. (Lê):

“1.ª discussão do projeto-de-lei constante do Processo n. 153, oriundo do Executivo, autorizando a abertura do crédito especial de Cr\$ 8.800,00, em favor de Antônio Fernandes da Silva.”

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê):

Parecer

Está perfeitamente caracterizado, no presente processo, o direito que tem Antônio Fernandes da Silva, serventário municipal, de receber a quantia de Cr\$ 8.800,00 referente aos meses de setembro de 1954 a abril de 1955, quando esteve à disposição do Governo do Estado.

Não existe dotação orçamentária que permita o pronto pagamento desse débito, vê-se o Executivo na necessidade de abertura do presente crédito especial.

Por essas razões sou de parecer que deve ser aprovado o projeto em tela.

Sala das Sessões da Comissão de Finanças, em maio de 1956.

(aa) RAYMUNDO CHAVES — Relator, STÉLIO MAROJA, BENEDITO CARVALHO e DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO. Aprovado em 29-5-56.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o parecer. (Pausa) Como ninguém se manifesta, encerro a discussão. Em votação.

O SR. WILSON AMANAJÁS — Sr. Presidente. Peço a verificação de “quorum”.

— O SR. 1.º SECRETÁRIO FAZ A VERIFICAÇÃO DE “QUORUM”.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo “quorum” será submetida à votação amanhã.

1.ª discussão do projeto-de-lei constante do Processo n. 322, de autoria do Sr. Deputado de Cametá e dando outras providências.

Não havendo pareceres, em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta, encerro a discussão e será submetido à votação quando houver “quorum”.

1.ª discussão do projeto-de-lei constante do Processo n. 14, de autoria do Sr. Deputado Serrão de Castro Filho, autorizando a abertura do crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para construção do prédio para as escolas reunidas de Santa Luzia, no Município de Salinópolis.

Não havendo pareceres, em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta, encerro a discussão e será submetido à votação quando houver “quorum”.

De acordo com o Regimento da Casa, não havendo “quorum”, encerro a presente sessão e marco outra para amanhã, à hora regimental, designando a seguinte pauta: (Lê):

Pauta

1.ª parte da Ordem do Dia

— Discussão dos requerimentos ns. 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193 e 194.

2.ª parte da Ordem do Dia

Matéria em regime de urgência

— 2.ª discussão dos projetos-de-lei referentes aos Processos ns. 230 e 346.

Matéria em votação normal

— 2.ª discussão dos projetos-de-lei referentes aos Processos ns. 191 e 153.

— 1.ª discussão dos projetos-de-lei referentes aos Processos ns. 322, 14, 285, 35, 80, 83 e 333.

Encerramento — Às 15,40 horas.

Nota — Não foi revisada pelos oradores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM

Diário do Município

ANO II

BELEM — QUINTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1956

NUM. 1.708

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM

PORTARIA N. 289/56
O Prefeito Municipal de Belém usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:— Admitir como Auxiliar Acadêmico do Serviço de Pronto Socorro, do Departamento de S. Ass., João Felício Abrahão, com a gratificação mensal de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) correndo a despesa por conta da Tab. 20, Consignação gratificação a Auxiliar-Acadêmico.

O Secretário de Administração o faça cumprir e publicar.
Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 1 de outubro de 1956.

DR. CELSO MALCHER

Prefeito Municipal
Cumpra-se e publique-se.
Secretaria de Administração,
1 de outubro de 1956.
Eudiracy Alves da Silva
Secretário de Administração

PORTARIA N. 290/56

O Prefeito Municipal de Belém usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:— Determinar, que o sr. Raimundo da Visitação Martins, titular efetivo do cargo de Revisor-Fiscal, padrão U, lotado na Secretaria de Finanças, permaneça respondendo pela Chefia da 3.ª Seção da Receita, até ulterior deliberação.

Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 4 de outubro de 1956.

DR. CELSO MALCHER

Prefeito Municipal
PORTARIA N. 291/56
O Prefeito Municipal de Belém usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:— Tornar sem efeito a Portaria n. 236/56, de 24/7/56, que admitiu como extranumerário mensalista, José Cláudio dos Santos Travassos, nas funções de Revisor de Cadastro da Fazenda, a partir de 17/9/56.

Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 1 de outubro de 1956.

DR. CELSO MALCHER

Prefeito Municipal

DECRETO

O Prefeito Municipal de Belém resolve:
contar, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do art. 86, item V, da Lei n. 749, de 24/12/1953, combinado com o Decreto n. 6.523, de 17/3/55, a favor de Raimundo Nascimento da Silva, brasileiro, casado, titular efetivo do cargo de Fiscal, classe G, lotado na Diretoria da Fiscalização Municipal, com os vencimentos mensais de Cr\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos

cruzeiros), o tempo de dois (2) anos, três (3) meses e quinze (15) dias, de serviços prestados como extranumerário diarista da Subprefeitura de Icoaraci, no período de 26/3/51 a 11/5/53, de acordo com a informação no processo n. 1005/56, de 15/5/56.

O Secretário de Finanças o faça cumprir e publicar.
Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 12 de setembro de 1956.

CARLOS COSTA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal
Secretaria de Finanças, 11 de setembro de 1956.

Adriano Menezes
Secretário de Finanças

DECRETO

O Prefeito Municipal de Belém resolve:
contar, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do art. 86, item I, da Lei n. 749,

de 24/12/53, combinado com o Decreto n. 6.523, de 17/3/55, a favor de Raimundo Nascimento da Silva, brasileiro, casado, titular efetivo do cargo de Fiscal, classe G, lotado na Diretoria da Fiscalização Municipal, com os vencimentos de Cr\$ 1.600,00 (hum mil e trezentos cruzeiros) mensais, o tempo de três (3) anos, dois (2) meses e cinco (5) dias de serviços prestados a esta Municipalidade, no período de 2/5/53 a 17/7/56, data da informação no processo n. 105/56 de 15/6/56.

O Secretário de Finanças o faça cumprir e publicar.
Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 12 de setembro de 1956.

CARLOS COSTA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal
Secretaria de Finanças, 12 de setembro de 1956.

Adriano Menezes
Secretário de Finanças

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

RESOLUÇÃO N. 1.158

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 25 de setembro de 1956,

RESOLVE:
Registrar a declaração de bens apresentada pelo dr. Antônio Pedro Martins Viana, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem — Pá., conforme documento protocolado sob o n. 805, às fls. 301, do Livro n. 1, deste Tribunal.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, 25 de setembro de 1956.

Adolpho Borges Xavier
Ministro Presidente
Augusto Belchior de Araújo
Lindolfo Marques de Mesquita
Elmiro Gonçalves Nogueira
Mário Nepomuceno de Sousa

RESOLUÇÃO N. 1.164

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 2 de outubro de 1956,

Considerando haver o exmo. sr. dr. Lourenço do Vale Paiva, Procurador efetivo deste Tribunal, se declarado impedido de funcionar — por seu cunhado, respectivamente, dos srs. Edgar Proença, diretor do Teatro da Paz, e Medrado Castelo Branco, diretor geral do Departamento Estadual de Segurança Pública — nos seguintes processos:

2663 — prestação de contas do Teatro da Paz, exercício de 1955;
2133-A — registro da rescisão do contrato de Maria Olga Coelho Reis, Contabilista do D.E.S.P.

2353-B — registro da rescisão do contrato de Eduardo Bastos Pinto, Sinaileiro de 2.ª classe, da D.E.T.

3141 — registro da rescisão dos contratos de Eduardo Henrique da Silva Melo, Jorge Palheta de Moraes, Raimundo Rodrigues Ementel, José Alves dos Santos, também Sinaileiros da D.E.T.

2131-A — registro da rescisão do contrato de Jesus Ferreira Jommar, Escriturário do D.E.S.P.

3221 — registro dos contratos de Dorival das Neves, José Alves da Silva, Expedito Sôzinho de Oliveira, Manoel Rodrigues Cordeiro, Antônio Alves Barata, Manoel Domingos de Oliveira e Joel Ferreira da Costa, Guardas-civis de 3.ª classe, da Inspetoria da Guarda Civil;

3231 — registro do contrato de Elza da Paixão Cruz, Escriturário do D.E.S.P.

3232 — registro dos contratos de João Santos, Alcindo Vale, Constância dos Santos Batalha e Oscar Amintas, Guardas-civis de 3.ª classe, da Inspetoria da Guarda Civil;

3233 — registro dos contratos de Antônio Anatólio Rodrigues, Ofir Santos, Raimundo Caetano de Sousa Castro, Maximiano Corrêa Pinheiro, Alfredo Gonçalves da Costa e Raimundo José Leite Fi-

lho, Sinaileiro de 2.ª classe, da D.E.T.

3312 — registro dos contratos de José Lourenço Freire e Pedro Alves de Amorim, Guardas-civis de 3.ª classe, da Inspetoria da Guarda Civil; e

3319 — registro dos contratos de Deoclécio Lopes dos Santos, Antônio de Souza Rolim e Leonardo Vitor Ataliba, Sinaileiros de 2.ª classe, da D.E.T.

Considerando o que dispõe o § 2.º do art. 13, da Lei n. 803, de 20/5/1953:

“Nas faltas ou impedimentos do procurador será designada pelo Executivo, procurador “ad-hoc”, dentre os membros do Ministério Público”

Considerando as solicitações feitas pela Presidência do Tribunal à Chefia do Executivo Estadual, através os ofícios ns. 460/56, de 24/7/56; 514/56, de 23/8/56; 543/56, de 12/9/56; 568/56, de 18/9/56 e 589/56, de 28/9/56;

Considerando os termos do ofício n. 239, de 23/9/56, do exmo. sr. dr. Osvaldo de Brito Farias, Procurador Geral do Estado, recebido a 28, quando foi protocolado nesta Corte, sob o n. 333, às fls. 304, do Livro n. 1.

“Tenho a honra de convidar a V. Excia. que, por ato desta data, designei o dr. Edgar Maia Lassance Cunha, 3.º Promotor Público da Capital, para funcionar em todos os processos em que estiver impedido o dr. Procurador desse Tribunal, isto até ulterior deliberação desta Procuradoria Geral. Uso do ensejo para apresentar a V. Excia. minhas cordiais saudações”

Anexando a Portaria n. 27/56, do referido dr. Procurador Geral do Estado, neste teor:

“O Desembargador Procurador Geral do Estado, usando de suas atribuições, resolve

Designar o dr. Edgar Maia Lassance Cunha, 3.º Promotor Público da Capital, para funcionar em todos os processos em que estiver impedido o dr. Procurador do Tribunal de Contas do Estado, até ulterior deliberação”

RESOLVE

Contra o voto do exmo. sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, que considerava desnecessária esta Resolução, diante das amplas atribuições e poderes conferidos a Presidência pelo Regimento Interno, autorizar a Secretaria a promover o encaminhamento, ao dr. Edgar Maia Lassance Cunha, designado procurador “ad-hoc”, de todos os processos em que o exmo. sr. dr. Lourenço do Vale Paiva, Procurador efetivo deste T.C., se considerou impedido, anexando aos mesmos cópia desta Resolução, independente de outra qualquer formalidade.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 2 de outubro de 1956.

Mário Nepomuceno de Sousa
Vice-presidente, ao exercício da Presidência

Augusto Belchior de Araújo
Lindolfo Marques de Mesquita
Elmiro Gonçalves Nogueira
Fui presente: — **Lourenço do Vale Paiva**